

Demonstrações Financeiras 2025



AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório da Administração	03
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	15
Balanços patrimoniais	20
Demonstrações do resultado	21
Demonstrações do resultado abrangente	22
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	23
Demonstrações dos fluxos de caixa	24
Demonstrações do valor adicionado	25
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	26

Cumprindo disposições legais e estatutárias, a Administração submete aos Acionistas as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

1. Mensagem da Administração

A Administração da Azevedo & Travassos S.A. tem a satisfação de apresentar os resultados operacionais e financeiros referentes ao quarto trimestre e ao exercício de 2025, reafirmando seu compromisso com a transparência, a disciplina na alocação de capital e o fortalecimento de sua governança corporativa.

O exercício de 2025 marcou um período relevante de evolução operacional e financeira da Companhia. Registramos receita bruta de **R\$ 384,8 milhões**, representando um crescimento expressivo de 133% em relação a 2024. A receita líquida totalizou **R\$ 349,4 milhões**, refletindo a consistente expansão das operações e o avanço na execução de projetos relevantes ao longo do período, com destaque para a Heftos que apresentou receita líquida de 70 milhões, com a conclusão de seu turnaround.

Nosso Lucro Bruto no 4T25, foi de **R\$ 23,7 milhões**, atingindo **R\$ 55,2 milhões** no ano de 2025, crescimento relevante em relação ao ano de 2024. Já a margem bruta no 4T25 atingiu **23,2%**, enquanto no acumulado do ano alcançamos **15,8%**, representando uma evolução relevante em relação aos anos anteriores.

É importante destacar que, nos últimos dois trimestres, passamos a operar com margens consistentemente **acima de 20%**, o que marca um salto importante para a companhia. Esse avanço é resultado direto do trabalho realizado ao longo do ano no fortalecimento dos controles sobre a linha de custos, aliado a uma maior efetividade na gestão e execução dos projetos.

De forma geral, conseguimos capturar ganhos de eficiência operacional, com melhor planejamento, controle e disciplina na condução dos contratos, o que tem se refletido de maneira consistente na expansão das margens.

Adicionalmente, ao longo de 2025, a Companhia avançou de forma consistente na redução das despesas gerais e administrativas (SG&A), refletindo maior rigor na gestão de despesas, ganhos de eficiência e captura de sinergias operacionais. Paralelamente, houve evolução relevante no fortalecimento dos controles internos e das práticas de governança corporativa, alinhando a Companhia às melhores práticas de mercado e suportando seu crescimento sustentável.

No que se refere ao resultado líquido, a companhia encerrou 2025 com prejuízo de R\$ 620,3 milhões, impactado majoritariamente por efeitos não recorrentes relacionados ao impairment e à alienação da investida MKS. Embora tais eventos tenham resultado em um efeito contábil negativo no exercício, a decisão foi estratégica e relevante para o Grupo Azevedo & Travassos, especialmente sob as perspectivas operacional, de compliance e reputacional.

Os impactos atribuídos à MKS em 2025 totalizaram R\$ 345,3 milhões (reconhecidos via equivalência patrimonial), decorrentes principalmente de: (i) baixa de ativo fiscal diferido (R\$ 80,3 milhões); (ii) constituição de provisões para perdas em processos tributários (R\$ 109,9 milhões);

(iii) resultado financeiro negativo (R\$ 99,0 milhões); e (iv) demais custos e despesas operacionais (R\$ 56,1 milhões). Adicionalmente, foram reconhecidas baixas e amortizações de ativos intangíveis no montante de R\$ 190,5 milhões, em função de sua não recuperabilidade, bem como perda líquida de capital na alienação do investimento de R\$ 139,2 milhões.

É importante destacar que tais impactos possuem natureza majoritariamente não caixa e não recorrente. Desconsiderando os efeitos relacionados à MKS, a companhia teria **registrado lucro líquido de R\$ 54,7 milhões no período**, evidenciando a resiliência operacional do negócio subjacente.

Esse resultado ajustado (“ex” MKS) reforça a capacidade de geração de valor das subsidiárias ATI e HEFTOS, bem como a capacidade de gestão da administração da companhia frente aos projetos e obras em execução.

Encerramos o período com uma base operacional mais sólida, projetos em execução com maior previsibilidade e um portfólio de contratos mais qualificado, o que sustenta perspectivas positivas para os próximos ciclos.

O ambiente de demanda no setor de infraestrutura segue favorável, com um pipeline consistente de oportunidades. Adicionalmente, o cenário macroeconômico aponta para o início de um ciclo de redução da taxa de juros, o que tende a impulsionar investimentos e destravar novos projetos relevantes para o setor.

A Azevedo & Travassos S.A. segue firme em sua trajetória de transformação, com foco em eficiência, disciplina financeira e crescimento sustentável. Estamos confiantes de que os avanços realizados ao longo de 2025 estabelecem bases sólidas para a expansão de margens e geração de valor nos próximos anos.

Agradecemos a confiança de nossos colaboradores, parceiros e investidores e permanecemos comprometidos com a entrega consistente de resultados e a criação de valor de longo prazo.

Atenciosamente,

Administração da Azevedo & Travassos S.A.

2. Perfil Corporativo

A Azevedo & Travassos S.A. (“Companhia” ou “ATSA”) é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações negociadas na B3 sob as siglas AZEV3 e AZEV4, com sede na cidade de São Paulo/SP.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem a Companhia e suas subsidiárias, denominadas em conjunto como “Grupo”.

A Companhia atua como **holding** e está estruturada em duas verticais estratégicas bem definidas: **(i) investimentos em infraestrutura, por meio da gestão de ativos concessionados;** e **(ii) serviços especializados de engenharia.**

Em 2024, o Grupo iniciou um amplo processo de reorganização societária e operacional, com o objetivo de fortalecer sua estrutura de capital, aprimorar a governança corporativa e aumentar a eficiência operacional. Esse processo incluiu o “*spin-off*” da Azevedo & Travassos Energia S.A., a revisão estratégica do portfólio e a reestruturação societária das subsidiárias operacionais: Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. e Heftos Óleo e Gás Construções S.A., além da transformação da Congem Investimentos S.A. na nova holding de investimentos, denominada **Azevedo & Travassos Investimentos S.A.** Esse processo de reorganização encerrou-se ao final de fevereiro de 2025.

A divisão em duas verticais estratégicas visa proporcionar maior foco operacional, clareza na alocação de capital e capacidade de mensuração de desempenho, facilitando a tomada de decisão e a comunicação com investidores e stakeholders.

As verticais estratégicas possuem os seguintes mercados-alvo:

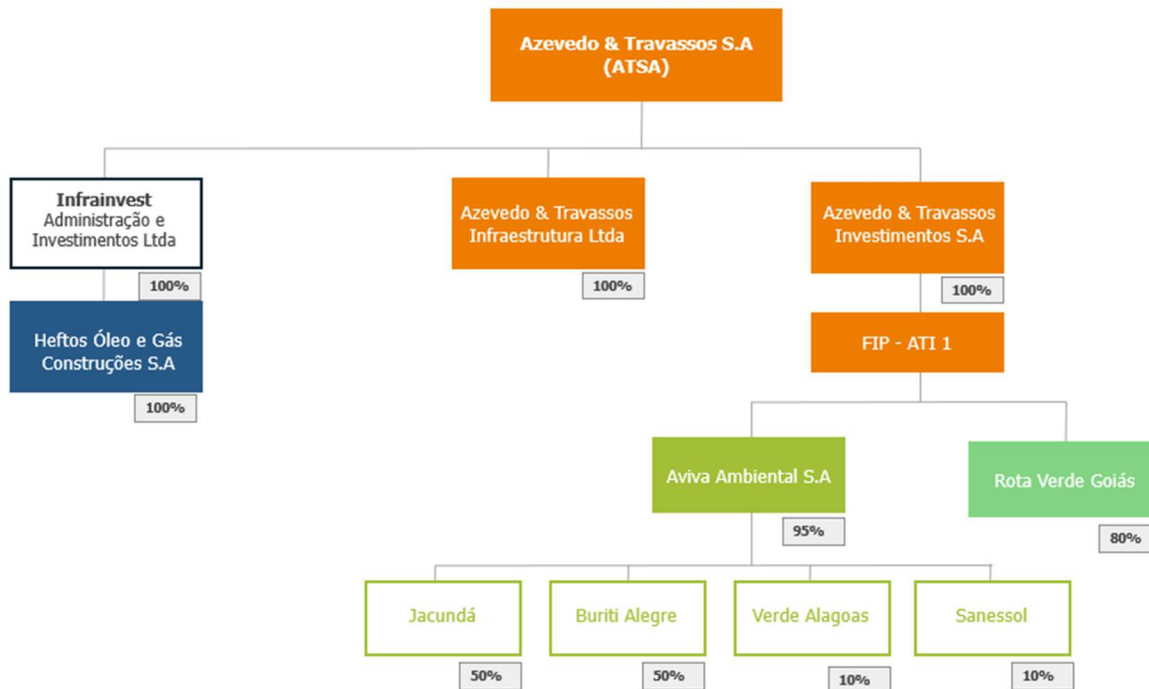
- **Vertical de Investimentos:** gestão de ativos concessionados nos setores de rodovias e saneamento, com foco na geração sustentável de valor no longo prazo. O portfólio atual inclui, além da concessão da **Rota Verde** (um importante corredor logístico brasileiro localizado no Estado de Goiás), **concessões de saneamento** em 30 municípios brasileiros. Esta estrutura tende a contribuir para maior geração de caixa, incremento de EBITDA e maior previsibilidade de receitas.

- **Vertical de Engenharia Especializada:** execução de obras civis e de montagem industrial de alta complexidade, com foco em segmentos estratégicos nos quais o Grupo detém vantagens competitivas. A estratégia está fundamentada na excelência técnica, segurança operacional e oferta de soluções inovadoras aos clientes, em um cenário de demanda crescente por serviços de engenharia especializada. Esta vertical inclui as seguintes empresas: Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. e Heftos Óleo e Gás Construções S.A.

A Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. permanece como a principal operadora de projetos de engenharia linear e pesada, enquanto a Heftos Óleo e Gás Construções S.A. concentra suas atividades em montagem industrial e serviços especializados para os setores de óleo e gás, energia e petroquímica.

A criação da Azevedo & Travassos Investimentos S.A. como veículo estratégico busca consolidar a gestão de participações societárias e aprimorar a disciplina de capital, com foco em alocação eficiente de recursos e captura de sinergias entre as frentes de atuação.

A estrutura organizacional da Companhia segue abaixo:



3. Pipeline & Backlog

Encerramos o ano de 2025 com um Pipeline de aproximadamente **R\$ 34,5 bilhões**, entre projetos em prospecção, orçamento e negociação, considerando as empresas Azevedo & Travassos Infraestrutura e Heftos.

Essa marca representa crescimento de 21,7% em relação ao final de 2024, refletindo o ambiente favorável de demanda nos setores em que a Companhia atua.

Em relação ao backlog, considerando somente Heftos e Azevedo & Travassos Infraestrutura (ATI), encerramos o ano de 2025 com um total de **R\$ 3,5 bilhões**, **crescimento de 369%** em relação ao final de 2024.

4. Desempenho Econômico-Financeiro Consolidado

4.1 Receita Operacional Bruta

No 4T25 a receita bruta consolidada da companhia atingiu R\$ 112,6 milhões, atingindo R\$ 384,8 milhões no ano de 2025, crescimento de 133% na comparação anual.

4.2 Receita Operacional Líquida

Neste quarto trimestre do ano de 2025, a Azevedo & Travassos atingiu receita líquida de R\$ 102,2 milhões, atingindo 349,4 milhões no ano de 2025, crescimento de 130,2% em relação a 2024.

4.3 Lucro Bruto Consolidado

Nosso Lucro Bruto no 4T25, foi de R\$ 23,7 milhões, atingindo R\$ 55,2 milhões no ano de 2025, crescimento de 2066,2% em relação ao ano de 2024.

4.4 Margem Bruta Consolidada

A margem bruta da Companhia anual atingiu 23,2% no 4T25 e finalizou o ano de 2025 em 15,8%, representando um crescimento relevante em relação aos anos anteriores. Como citado no trimestre anterior, esse avanço reflete o início de um novo ciclo de execução do backlog, composto por contratos com margens operacionais mais elevadas, em linha com a nossa estratégia.

4.5 Resultado Consolidado

No que se refere ao resultado líquido, a companhia encerrou 2025 com prejuízo de R\$ 620,3 milhões, impactado majoritariamente por efeitos não recorrentes relacionados ao impairment e à alienação da investida MKS. Embora tais eventos tenham resultado em um efeito contábil negativo no exercício, a decisão foi estratégica e relevante para o Grupo Azevedo & Travassos, especialmente sob as perspectivas operacional, de compliance e reputacional.

Os impactos atribuídos à MKS em 2025 totalizaram R\$ 345,3 milhões (reconhecidos via equivalência patrimonial), decorrentes principalmente de: (i) baixa de ativo fiscal diferido (R\$ 80,3 milhões); (ii) constituição de provisões para perdas em processos tributários (R\$ 109,9 milhões); (iii) resultado financeiro negativo (R\$ 99,0 milhões); e (iv) demais custos e despesas operacionais (R\$ 56,1 milhões). Adicionalmente, foram reconhecidas baixas e amortizações de ativos intangíveis no montante de R\$ 190,5 milhões, em função de sua não recuperabilidade, bem como perda líquida de capital na alienação do investimento de R\$ 139,2 milhões.

É importante destacar que tais impactos possuem natureza majoritariamente não caixa e não recorrente. Desconsiderando os efeitos relacionados à MKS, a companhia teria registrado lucro líquido de R\$ 54,7 milhões no período, evidenciando a resiliência operacional do negócio subjacente.

Esse resultado ajustado ("ex MKS) reforça a capacidade de geração de valor das subsidiárias ATI e HEFTOS, bem como a capacidade de gestão da administração da companhia frente aos projetos e obras em execução.

5. Endividamento

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de empréstimos e financiamentos no Consolidado alcançou o total de R\$ 209.946 (R\$ 72.470, em 31 de dezembro de 2024). O acréscimo do decorre principalmente da emissão de debêntures realizada pela Azevedo e Travassos Investimentos no

valor de R\$ 157.357. Os recursos foram direcionados à capitalização da Rota Verde Goiás, ativo estratégico no setor de concessão de rodovias e um dos principais vetores de geração de valor do grupo.

6. Governança Corporativa

A Companhia adota práticas alinhadas às melhores recomendações de governança corporativa e às normas aplicáveis da CVM.

6.1 Estrutura de Governança

- Conselho de Administração
- Comitês não estatutários
- Diretoria Executiva

6.2 Controles Internos e Compliance

- Ambiente de controles internos
- Programa de integridade
- Canal de denúncias independente
- Setor de Compliance

7. Política de Equidade

(Conforme § 6º do art. 133 da Lei das S.A.)

Em conformidade com a Lei nº 15.177/2025, a Companhia instituiu Política de Equidade formalmente aprovada.

7.1 Diretrizes

A Política estabelece princípios de:

- Igualdade de oportunidades
- Não discriminação
- Meritocracia com critérios objetivos
- Transparência remuneratória

7.2 Indicadores de Gestão de Pessoas

a) ATSA

Panorama Geral da Força de Trabalho

a.1) Gênero

A composição do quadro apresenta maioria masculina (63,8%), com participação feminina de 36,2%. O indicador reforça oportunidades de evolução em diversidade, especialmente na distribuição por níveis hierárquicos e frentes operacionais, alinhando-se às diretrizes ESG e às expectativas de mercado.

Gênero	Quantidade	Percentual
Feminino	46	36,2%
Masculino	81	63,8%
Total	127	100,0%

a.2) Raça e Etnia

- A composição apresenta maioria de pessoas brancas (60,6%), configurando o principal grupo do quadro;
- Pessoas pardas (26,8%) representam o segundo maior contingente, com participação relevante na força de trabalho;
- A presença de pessoas pretas (10,2%) demonstra inclusão, porém ainda com espaço para ampliação em termos de representatividade;
- A participação de grupos amarelo (1,6%) e indígena (0,8%) é residual.

Etnia	Quantidade	Percentual
Branca	77	60,6%
Parda	34	26,8%
Preta	13	10,2%
Amarela	2	1,6%
Indígena	1	0,8%
Total Geral	127	100,0%

a.3) Admissões no período

Em 2025 fizemos 35 admissões. A distribuição das admissões evidencia uma predominância masculina (57,1%), com participação feminina de 42,9%. O indicador demonstra uma presença feminina relevante, acima do padrão histórico do setor de construção, ainda que exista desequilíbrio.

A participação feminina próxima de 43% indica:

- possível abertura maior no pipeline de recrutamento;
- avanço em diversidade, especialmente em funções indiretas ou administrativas.

a.4) Distribuição por nível hierárquico

A companhia apresenta maturidade no pipeline feminino até a gerência, porém mantém ausência de representatividade feminina nos níveis estatutários (diretoria e conselho). Porém a companhia

a companhia apresenta numero reduzido de estatutarios atualmente (4 pessoas), o que acaba sendo um fator preponderante para analise.

Nível	Feminino	% F no nível	Masculino	% M no nível	Total
Analista	11	50,0%	11	50,0%	22
Assistente	7	53,8%	6	46,2%	13
Auxiliar	1	100%	0	0%	1
Coordenação	6	54,5%	5	45,5%	11
Gerência	5	50,0%	5	50,0%	10
Especialista	2	28,6%	5	71,4%	7
Técnico	9	60,0%	6	40,0%	15
Operacional	5	14,7%	29	85,3%	34
Diretoria	0	0%	8	100%	8
Conselheiro	0	0%	6	100%	6
Total	46	36,2%	81	63,8%	127

b) AT Infraestrutura

Panorama Geral da Força de Trabalho

b.1) Gênero

A composição do quadro apresenta maioria masculina (87,1%), com participação feminina de 12,9%, refletindo em parte as características históricas do setor de engenharia, que tradicionalmente concentra maior presença de homens. Ainda assim, a companhia monitora continuamente esse indicador e vem adotando iniciativas para ampliar a diversidade, com esforços direcionados à atração e contratação de um número crescente de mulheres ao longo do tempo.

Gênero	Quantidade	Percentual
Feminino	41	12,9%
Masculino	278	87,1%
Total	319	100,0%

b.2) Raça/Etnia

- A composição apresenta equilíbrio entre pessoas pardas (47,0%) e brancas (45,8%), concentrando a maior parte do quadro;
- A participação de pessoas pretas (6,3%) é moderada, com espaço para ampliação em termos de representatividade;
- Os grupos indígenas (0,6%) e amarelos (0,3%) possuem presença residual.

Etnia	Quantidade	Percentual
Parda	150	47,0%
Branca	146	45,8%
Preta	20	6,3%
Indígena	2	0,6%
Amarela	1	0,3%
Total Geral	319	100,0%

b.3) Admissões no período

A distribuição das admissões apresenta maioria masculina (88%), com participação feminina de 12%, refletindo, em grande medida, o perfil operacional da companhia. Esse resultado está diretamente associado à mobilização de mão de obra para o projeto Raia-Equinor ao longo de 2025, cuja natureza demandou profissionais com perfis técnicos específicos.

Trata-se de um projeto com forte concentração em atividades de campo, que exigem mão de obra especializada, historicamente caracterizada por maior presença masculina no mercado, especialmente em funções como montagem, operação e execução técnica. Nesse contexto, a composição observada reflete uma dinâmica conjuntural relacionada às demandas do projeto, e não um direcionamento institucional da companhia.

Paralelamente, a empresa mantém o acompanhamento contínuo desses indicadores e vem estruturando iniciativas voltadas à ampliação da diversidade, com foco na atração e no desenvolvimento de talentos femininos, buscando promover maior equilíbrio na composição do quadro ao longo do tempo.

b.4) Distribuição por nível hierárquico

O cenário sugere oportunidades de fortalecimento no pipeline de diversidade, com iniciativas que podem abranger desde a atração até o desenvolvimento e a sucessão.

Nível	Feminino	% F no nível	Masculino	% M no nível	Total
Analista	11	40,7%	16	59,3%	27
Assistente	6	54,5%	5	45,5%	11
Auxiliar	5	41,7%	7	58,3%	12
Coordenador	3	8,3%	33	91,7%	36
Gerência	4	11,4%	31	88,6%	35
Diretoria	0	0%	4	100%	4
Estagiário	0	0%	1	100%	1
Operacional	9	5,4%	159	94,6%	168
Técnico	3	12,5%	21	87,5%	24
Total	41	12,9%	277	87,1%	318

c) Heftos**Panorama Geral da Força de Trabalho****c.1) Gênero**

A predominância masculina observada no quadro está diretamente associada à natureza das operações em plataformas offshore, que demandam características específicas de mobilização de mão de obra. As atividades offshore concentram funções como:

- manutenção industrial;
- operação de equipamentos pesados;
- atividades em regime embarcado.

Essas funções historicamente apresentam maior concentração masculina, refletindo a disponibilidade de profissionais no mercado com qualificação aderente.

Gênero	Quantidade	Percentual
Feminino	64	9,4%
Masculino	614	90,6%
Total	678	100,0%

c.2) Raça/Etnia

Etnia	Quantidade	Percentual
Parda	381	56,2%
Branca	190	28,0%
Preta	106	15,6%
Amarela	1	0,1%
Total Geral	678	100,0%

- A composição evidencia predominância de pessoas pardas (56,2%), representando o principal contingente da força de trabalho.
- Pessoas brancas (28,0%) mantêm participação relevante, compondo o segundo maior grupo.
- A presença de pessoas pretas (15,6%) é significativa, contribuindo para a diversidade étnica do quadro.
- A participação do grupo amarelo é de 0,1%.

c.3) Admissões no período

No calendário de 2025 efetuamos 509 admissões, sendo 22 (4,3%) de mulheres e 487 (95,7%) de homens. A predominância masculina nas admissões realizadas em 2025 está diretamente relacionada à mobilização de mão de obra para atividades em regime offshore, que demandaram grande volume de profissionais alocados em operações embarcadas. As funções mobilizadas concentram-se em atividades técnicas e operacionais especializadas, incluindo montagem, manutenção, operação e suporte em ambiente offshore, que possuem características

específicas, tais como:

Exigência de certificações técnicas e treinamentos obrigatórios (ex.: segurança, operação e embarque);

- atuação em regime de confinamento e escala embarcada;
- necessidade de experiência prévia em ambientes industriais e offshore.

Nesse contexto, a disponibilidade de profissionais qualificados no mercado para essas funções ainda apresenta predominância masculina, o que impacta diretamente a composição das admissões no período. Dessa forma, a distribuição observada reflete:

- o perfil técnico e operacional das vagas mobilizadas;
- os requisitos específicos do ambiente offshore;
- e a oferta de mão de obra especializada disponível no mercado.

Importante destacar que o indicador está associado à natureza das atividades executadas no período, não sendo, isoladamente, representativo da estratégia global de diversidade da companhia.

c.3) Distribuição por nível hierárquico

Nível	Feminino	% F no nível	Masculino	% M no nível	Total
Analista	7	77,8%	2	22,2%	9
Aprendiz	12	66,7%	6	33,3%	18
Assistente	8	72,7%	3	27,3%	11
Auxiliar	17	77,3%	5	22,7%	22
Coordenador	1	16,7%	5	83,3%	6
Estagiário	2	100%	0	0%	2
Gerente	0	0%	8	100%	8
Operacional	7	3,6%	187	96,4%	194
Técnico	10	2,5%	398	97,5%	408
Total	64	9,4%	614	90,6%	678

A estrutura de força de trabalho reflete características típicas do segmento offshore, com forte concentração masculina nas funções técnicas e operacionais, historicamente associadas a atividades embarcadas e de alta exigência física e logística. Observa-se, contudo, a presença consistente de mulheres nos níveis iniciais e administrativos, indicando que a organização já possui um pipeline feminino relevante.

O principal ponto de atenção não está na entrada, mas na progressão: há redução significativa da representatividade feminina a partir dos níveis de coordenação, culminando na ausência de mulheres na gerência.

Esse cenário sugere a necessidade de evolução estruturada nos mecanismos de desenvolvimento e sucessão, de modo a alinhar a dinâmica operacional do setor com práticas de diversidade e governança cada vez mais exigidas pelo mercado e por agendas ESG.

A Azevedo & Travassos reafirma seu compromisso com práticas de gestão de pessoas baseadas em equidade, meritocracia e transparência. A Companhia seguirá monitorando seus indicadores e aprimorando suas práticas de governança corporativa.

Recomenda-se consolidar práticas de diversidade com foco na manutenção da pluralidade já existente e na ampliação da representatividade de grupos menos presentes, por meio de ações estruturadas de atração, desenvolvimento e monitoramento contínuo de indicadores.

9. Perspectivas

A Administração permanece comprometida com:

- Crescimento sustentável
- Disciplina financeira
- Geração de valor aos acionistas
- Aprimoramento contínuo de governança

10. Declaração dos Diretores

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do § 1º do art. 27, da Resolução CVM nº 80, de 29/03/2022, os Diretores declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras e as opiniões expressas na Revisão dos Auditores Independentes, relativas ao exercício de 2025.

11. Relacionamento com Auditores Independentes

Conforme a Instrução CVM 381/03, a empresa TATICCA Auditores Independentes S.S não efetuou outros serviços para a Companhia, além do exame das demonstrações financeiras.

São Paulo, 31 de março de 2026

Gabriel Freire
Diretor Presidente

Bernardo Mendonça
Diretor de Relações com Investidores

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Azevedo & Travassos S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Azevedo e Travassos S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Azevedo e Travassos S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

1 – Passivos tributários

De acordo com a Nota Explicativa 23 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas possuem passivos tributários, principalmente relacionados a parcelamentos. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas possuem registrado a título de obrigações tributárias os valores de R\$22.121mil e R\$192.773 mil na controlada e consolidado respectivamente.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitam a:

- Envolvimento dos nossos especialistas da área tributária para análise do acordo e parcelamentos existentes.
- Análise dos parcelamentos de acordo com o fluxo de pagamentos, adimplência e segregação entre curto e longo prazo. Adicionalmente, analisamos no período a redução e o reparcelamento do passivo tributário.
- Avaliação da adequação das divulgações na nota explicativa.

Com base nas evidências obtidas, considerando a incerteza inerente a questões legais, entendemos que as provisões estão apropriadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Realização de imposto de renda e contribuição social diferidos

Conforme descrito na nota explicativa 25, a Companhia e suas controladas reconheceram os impostos diferidos ativos com base na probabilidade razoável de que gerará lucro tributável futuro para a utilização de tais ativos no montante de R\$ 74.892 mil e 158.036 mil. Devido à relevância dos saldos, bem como as incertezas inerentes ao negócio que impactam as projeções de resultado tributável futuro, e suas estimativas para determinar a capacidade de recuperação desses impostos ativos diferidos, e também pelo fato da diretoria exercer um julgamento significativo na determinação do valor dos lucros tributáveis futuros, que são baseados em premissas que refletem o ambiente econômico e operacional da Companhia, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:

Nossos procedimentos de auditoria realizados incluíram, mas não se limitaram a:

- (a) Obtivemos o entendimento dos controles internos relacionados às projeções de lucros tributáveis futuros preparadas pela diretoria e aprovadas pelos órgãos de governança;
- (b) Envolvermos nossos especialistas de impostos diretos na avaliação da base do prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social bem como das diferenças temporárias que compõem a base tributável;
- (c) Obtivemos a projeção dos lucros tributáveis futuros da Companhia preparadas pela diretoria e, avaliamos as premissas adotadas, incluindo os preços projetados, projeções de custos operacionais, perfis de produção e taxas de câmbio, confrontando-as, quando aplicável, com informações de terceiros. Além disso, realizamos discussões

com a diretoria, avaliando também se as premissas foram definidas e aplicadas de acordo com as características dos negócios da Companhia;

(d) Conferência da completude e cálculos matemáticos das projeções dos lucros tributáveis futuros;

(e) Realizamos indagações aos profissionais chaves das áreas de planejamento e operação, bem como avaliamos indicadores de mercado em busca de evidências contraditórias às premissas chaves utilizadas pela diretoria;

(f) Avaliamos a suficiência das divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas relacionadas a realização de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os impostos diferidos ativos reconhecidos, e mensurados pela diretoria, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Investimento e combinação de negócios

Conforme mencionado na nota explicativas n.º 14 dessas demonstrações financeiras individuais e consolidação em 2025, a Companhia adquiriu investimento, cuja operação encontram-se em fase de análise quanto à caracterização como combinação de negócios, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios. De acordo com o referido pronunciamento, a administração dispõe do prazo de até doze meses a partir da data de aquisição para concluir a alocação do preço de compra e formalizar os registros contábeis definitivos.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido

na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro, e emitir um relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2026.

TATICCA Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-03.22.67/O-1
CVM 12.220

Aderbal Alfonso Hoppe
Sócio
Contador CRC - 1SC020036/O-8-T-SP

ADERBAL ALFONSO
HOPPE:54156025004

Assinado de forma digital por
ADERBAL ALFONSO
HOPPE:54156025004
Dados: 2026.03.31 19:35:59 -03'00'

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	36	279	30.070	3.151
Clientes	7	16	23.372	98.616	66.817
Estoques	8	-	-	19.085	16.357
Estoque de terrenos	9	-	-	1.311	1.311
Adiantamento a fornecedores	10	215	2	50.307	3.643
Impostos a recuperar	11	2	2	18.076	16.091
Despesas antecipadas	12	218	367	5.175	868
Outras contas a receber	13	109	-	18.777	17.820
		596	24.022	241.417	126.058
Ativo não circulante					
Ativo fiscal diferido	30	74.892	79.687	158.036	190.548
Despesas antecipadas	12	-	-	3.155	-
Partes relacionadas	18.1	28.343	52.266	-	200
Outras contas a receber	13	203	-	5.615	12.695
		103.438	131.953	166.806	203.443
Investimentos	14	664.536	490.270	534.515	-
Propriedade para investimentos	15	-	-	31.200	28.000
Imobilizado	16	2.572	3.509	78.205	69.853
Intangível	17	27.779	29.920	122.187	260.879
		694.887	523.699	766.107	358.732
Total do ativo		798.921	679.674	1.174.330	688.233
Passivo					
Passivo circulante					
Fornecedores	19	10.003	6.486	126.223	88.557
Empréstimos e financiamentos	20	-	58.928	198.634	69.810
Arrendamento por direito de uso	21	597	713	4.490	5.551
Salários, provisão para férias e encargos sociais	22	27.467	32.704	59.045	60.802
Obrigações tributárias – transação tributária	23.1	1.739	2.144	10.620	2.144
Obrigações tributárias – outros impostos	23.2	5.098	4.416	49.911	74.674
Partes relacionadas	18.1	57.718	201.168	-	-
Outras contas a pagar	24	571	1.346	84.350	12.318
		103.193	307.905	533.273	313.856
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	11.312	2.668
Arrendamento por direito de uso	21	-	509	25.788	31.417
Salários, provisão para férias e encargos sociais	22	2.280	23.824	2.280	23.826
Obrigações tributárias – transação tributária	23.1	6.955	6.193	75.169	6.193
Obrigações tributárias – outros impostos	23.2	8.329	10.384	57.073	122.028
Provisão para contingências	26	29.414	17.148	43.280	23.696
Passivo fiscal diferido	30	-	-	10.382	1.487
Partes Relacionadas	18.1	537.046	175.655	295.153	6.057
Outras contas a pagar	24	-	1.675	8.916	20.624
		584.024	235.388	529.353	237.996
Total do passivo		687.217	543.293	1.062.626	551.852
Patrimônio líquido					
Capital social	25	1.208.981	651.194	1.208.981	651.194
Prejuízos acumulados		(1.097.277)	(514.813)	(1.097.277)	(514.813)
		111.704	136.381	111.704	136.381
Total do passivo e patrimônio líquido		798.921	679.674	1.174.330	688.233

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto pelo lucro por ação)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita de venda e serviços prestados, líquida	27	169	156	349.427	151.818
Custos na venda de produtos e serviços prestados	28	-	(32)	(294.211)	(149.269)
Lucro bruto do exercício		169	124	55.216	2.549
Receita (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	28	(26.151)	(33.804)	(71.781)	(84.386)
Amortização do intangível	28	(192.646)	(15.012)	(208.377)	(34.271)
Honorários dos administradores	18.2	(4.667)	(2.953)	(5.996)	(2.978)
Outras receitas e (despesas) operacionais	28	(31.301)	(95.205)	(145.109)	(145.150)
Equivalência patrimonial	14	(345.722)	(105.467)	(11.987)	-
Prejuízo operacional		(600.318)	(252.317)	(388.034)	(264.236)
Receitas financeiras	29	-	5	2.365	2.383
Despesas financeiras	29	(15.196)	(42.683)	(152.246)	(85.424)
Resultado Financeiro		(15.196)	(42.678)	(149.881)	(83.041)
Prejuízo antes do IR e da CS		(615.514)	(294.995)	(537.915)	(347.277)
IRPJ e CSLL - corrente	30	-	-	-	(58)
IRPJ e CSLL - diferido	30	(4.795)	28.504	(82.394)	80.844
Prejuízo do exercício		(620.309)	(266.491)	(620.309)	(266.491)
Atribuído aos acionistas controladores		-	-	(620.309)	(266.491)
Atribuído aos acionistas não controladores		-	-	-	-
Prejuízo por ação - R\$		(1,05)	(1,35)	(1,05)	(1,35)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do exercício	(620.309)	(266.491)	(620.309)	(266.491)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Realização reserva de reavaliação	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(620.309)	(266.491)	(620.309)	(266.491)
Atribuível a				
Acionistas controladores	-	-	(620.309)	(266.491)
Acionistas não controladores	-	-	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Prejuízo acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023	565.442	(248.322)	317.120
Aumento de capital social	85.752	-	85.752
Prejuízo do exercício	-	(266.491)	(266.491)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	651.194	(514.813)	136.381
Aumento de capital social	751.006	-	751.006
Redução de capital por cisão ATENERGIA	(193.219)	37.845	(155.374)
Prejuízo do exercício	-	(620.309)	(620.309)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.208.981	(1.097.277)	111.704

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(615.514)	(294.995)	(537.915)	(347.277)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício ao caixa proveniente das atividades operacionais				
Depreciação e amortização	193.892	16.305	215.794	39.689
Ganho na transação tributária	-	-	(23.980)	-
Resultado de equivalência patrimonial	345.722	105.467	11.987	-
Empréstimos e financiamentos	13.956	1.626	18.357	3.932
Provisão para obrigações legais	13.735	14.367	143.166	17.280
Perda na alienação do investimento	139.241	9.084	139.241	66.033
Avaliação de valor justo	(92.376)	(163)	(95.576)	(4.652)
Contas a Pagar (UTC)	-	(6.067)	-	(6.067)
Constituição/(reversão) de PECLD	(38.097)	-	1.903	-
	(39.441)	(154.376)	(127.023)	(231.062)
Redução (aumento) nos ativos operacionais:				
Clientes	61.453	1	(33.702)	12.645
Estoques	-	-	(2.728)	2.338
Estoques de imóveis	-	-	-	4.304
Adiantamento a fornecedores	(213)	37	(46.664)	(2.190)
Impostos a recuperar e outros créditos	23.760	143.591	(20.131)	8.578
Aumento de Capital com a Investida	(161.000)	-	-	-
	(76.000)	143.629	(103.225)	25.675
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	3.517	2.967	37.666	14.818
Salários, provisão férias e encargos sociais	(26.781)	11.324	(23.303)	(4.652)
Obrigações tributárias - Refis e outros impostos	(1.016)	5.432	(12.266)	39.504
Outras contas a pagar	214.022	58.050	225.838	17.820
	189.742	77.773	227.935	67.490
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	74.301	67.026	(2.313)	(137.897)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de ativos investimentos	(561.227)	(201.624)	(593.367)	(13.205)
Baixas de ativos investimentos	155.374	-	-	-
Aquisições / baixas de ativos imobilizado e intangível	(190.814)	-	(85.454)	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(596.667)	(201.624)	(678.821)	(13.205)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos	(72.884)	49.315	119.111	30.879
Arrendamento por direito de uso	(625)	(214)	(6.690)	35.532
Aumento de capital social	751.006	85.752	751.006	85.752
Redução de capital por cisão ATENERGIA	(155.374)	-	(155.374)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	522.123	134.853	708.053	152.163
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(243)	255	26.919	1.061
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	279	24	3.151	2.090
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	36	279	30.070	3.151
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(243)	255	26.919	1.061

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos valores adicionados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
1 - RECEITAS				
1.1 - Vendas de mercadorias, produtos e serviços	187	183	384.768	165.118
1.2 - Outras receitas	-	-	26	-
	187	183	384.794	165.118
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
2.1 - Custo de venda de produtos e serviços	25.539	(43.283)	(197.384)	(83.782)
2.2 - Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(26.982)	(66.942)	(238.402)	(196.753)
	(1.443)	(110.225)	(435.786)	(280.535)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)	(1.256)	(110.042)	(50.992)	(115.417)
4 - DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(193.892)	(16.305)	(215.794)	(39.689)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO (3 - 4)	(195.148)	(126.347)	(266.786)	(155.106)
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
6.1 - Resultado de equivalência patrimonial	(345.722)	(105.467)	(11.987)	-
6.2 - Receitas financeiras	-	5	2.479	2.383
6.3 - Ganho de capital	735	-	735	-
6.4 - Avaliação valor justo / deságio	(46.864)	163	(15.453)	4.652
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)	(586.999)	(231.646)	(291.012)	(148.071)
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
8.1 - Pessoal - salários e encargos	13.132	20.689	145.338	97.214
8.2 - Impostos, taxas e contribuições	8.313	(20.293)	38.216	(47.332)
8.3 - Remuneração de capitais de terceiros	11.865	34.449	145.743	68.538
8.4 - Prejuízo do exercício	(620.309)	(266.491)	(620.309)	(266.491)
VALOR ADICIONADO DISTRIBUIDO	(586.999)	(231.646)	(291.012)	(148.071)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

A Azevedo & Travassos S.A. (“Companhia” ou “ATSA”) é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações negociadas na B3 sob as siglas AZEV3 e AZEV4, com sede na cidade de São Paulo/SP.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem a Companhia e suas subsidiárias, denominadas em conjunto como “Grupo”.

A Companhia atua como holding e está estruturada em duas verticais estratégicas bem definidas: (i) investimentos em infraestrutura, por meio da gestão de ativos concessionados; e (ii) serviços especializados de engenharia.

Em 2024, o Grupo iniciou um amplo processo de reorganização societária e operacional, com o objetivo de fortalecer sua estrutura de capital, aprimorar a governança corporativa e aumentar a eficiência operacional. Esse processo incluiu o “spin-off” da Azevedo & Travassos Energia S.A., a revisão estratégica do portfólio e a reestruturação societária das subsidiárias operacionais: Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. e Heftos Óleo e Gás Construções S.A., além da transformação da Congem Investimentos S.A. na nova holding de investimentos, denominada Azevedo & Travassos Investimentos S.A. Esse processo de reorganização encerrou-se ao final de fevereiro de 2025.

A divisão em duas verticais estratégicas visa proporcionar maior foco operacional, clareza na alocação de capital e capacidade de mensuração de desempenho, facilitando a tomada de decisão e a comunicação com investidores e stakeholders.

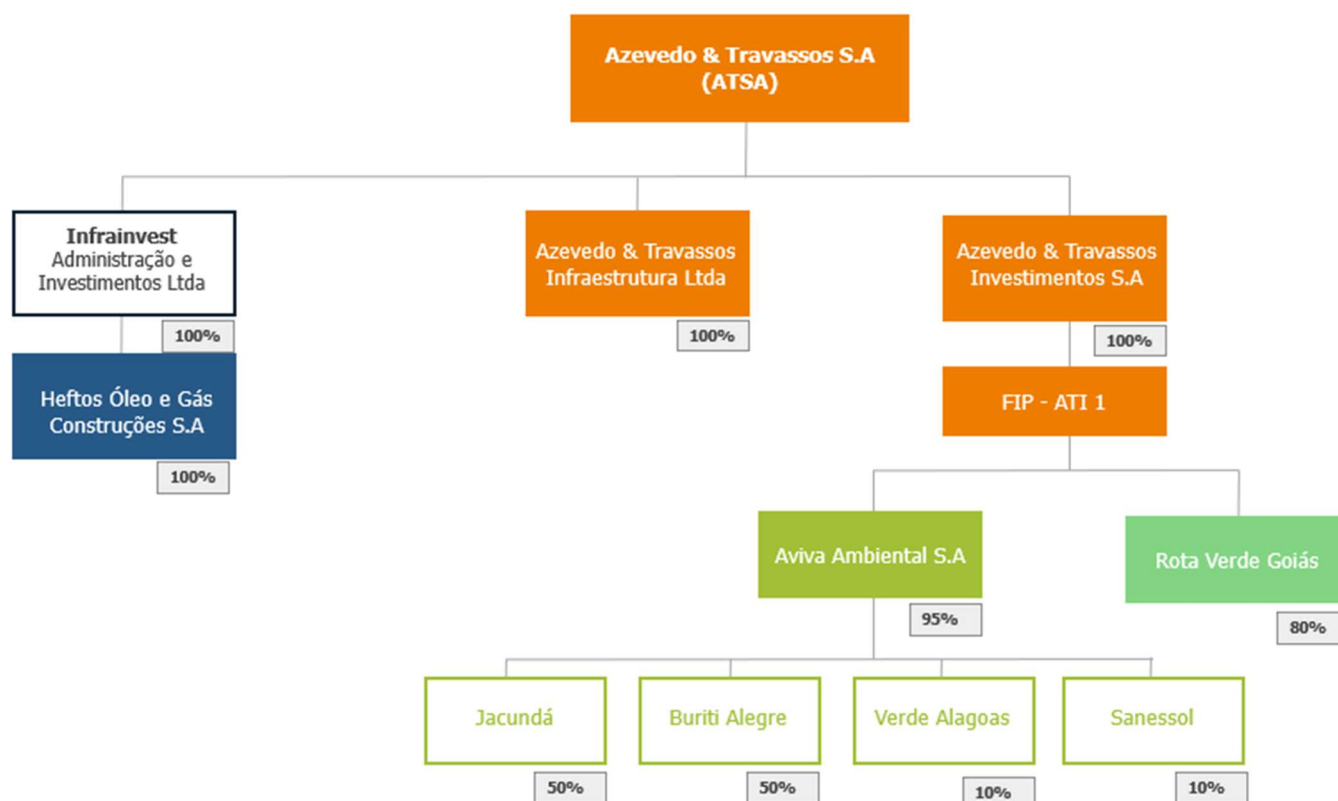
As verticais estratégicas possuem os seguintes mercados-alvo:

- Vertical de Investimentos: gestão de ativos concessionados nos setores de rodovias e saneamento, com foco na geração sustentável de valor no longo prazo. O portfólio atual inclui, além da concessão da Rota Verde (um importante corredor logístico brasileiro localizado no Estado de Goiás), concessões de saneamento em 30 municípios brasileiros. Esta estrutura tende a contribuir para maior geração de caixa, incremento de EBITDA e maior previsibilidade de receitas.
- Vertical de Engenharia Especializada: execução de obras civis e de montagem industrial de alta complexidade, com foco em segmentos estratégicos nos quais o Grupo detém vantagens competitivas. A estratégia está fundamentada na excelência técnica, segurança operacional e oferta de soluções inovadoras aos clientes, em um cenário de demanda crescente por serviços de engenharia especializada. Esta vertical inclui as seguintes empresas: Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. e Heftos Óleo e Gás Construções S.A.

A Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. permanece como a principal operadora de projetos de engenharia linear e pesada, enquanto a Heftos Óleo e Gás Construções S.A. concentra suas atividades em montagem industrial e serviços especializados para os setores de óleo e gás, energia e petroquímica.

A criação da Azevedo & Travassos Investimentos S.A. como veículo estratégico busca consolidar a gestão de participações societárias e aprimorar a disciplina de capital, com foco em alocação eficiente de recursos e captura de sinergias entre as frentes de atuação.

A estrutura organizacional da Companhia segue abaixo:



Essas iniciativas reforçam o compromisso da Companhia com as melhores práticas de mercado, promovendo transparência, eficiência operacional e solidez financeira, além de orientar estrategicamente suas decisões de longo prazo.

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC e IFRS)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente essas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração da sua gestão.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ocorreu na reunião do Conselho de Administração, realizada em 31 de março de 2026.

2.2. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Azevedo & Travassos S.A. (“ATSA”) e de suas controladas diretas e indiretas, listadas abaixo:

	Atividade	Participação Societária (%)	
		31/12/2025	31/12/2024
Controladas Diretas			
Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. (ATINFRA)	Serviços de Engenharia	100	100
Infrainvest ADM e Investimentos Ltda. (INFRAINVEST)	Holding	100	100
Azevedo & Travassos Energia S.A. (ATENERGIA)	Holding	-	100
Azevedo & Travassos Investimentos S.A. (ATINVESTIMENTOS)	Holding	100	-
Controladas Indiretas			
Heftos Óleo e Gás Construções S.A. (HEFTOS) (i)	Serviços de Engenharia	100	100
Azevedo & Travassos Petróleo S.A. (ATP) (ii)	Exploração e Produção P&G	-	100
Phoenix Óleo e Gás Ltda. (PHOENIX) (iii)	Exploração e Produção P&G	-	100

(i) Heftos é uma controlada indireta (via INFRAINVEST)

(ii) ATP é uma controlada indireta (via ATENERGIA)

(iii) Phoenix é uma controlada indireta (via ATENERGIA)

O controle sobre essas empresas é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar suas políticas financeiras e operacionais e tem a capacidade para auferir benefícios e estar exposta aos riscos de suas atividades. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que o controle deixe de existir.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as controladas incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas, consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior, e o exercício social dessas empresas coincide com o da Companhia.

Os saldos de ativos e passivos e as receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre partes relacionadas, são eliminados por completo, quando aplicável. Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

O resultado do exercício e cada componente dos outros resultados abrangentes, reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são atribuídos aos proprietários da controladora e à participação dos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo.

Principais movimentações de investimentos em controladas diretas e indiretas

- Em fevereiro de 2025, a Azevedo Travassos S.A. foi cindida com a segregação dos ativos e passivos de produção e exploração de petróleo, que incluíram as participações na subsidiária direta ATENERGIA e nas subsidiárias indiretas ATP e PHOENIX. A partir dessa data, a ATENERGIA deixou de ser consolidada.
- Em fevereiro de 2025, foram adquiridas as participações na Azevedo & Travassos Investimentos S.A. e MKS Soluções Integradas S.A., que passaram a ser integralmente consolidadas.
- Em setembro de 2025, a participação detida na MKS foi alienada, passando a não ser mais consolidada a partir dessa data.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Grupo atua ("moeda funcional").

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional do Grupo e, também, a moeda funcional das demais controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação e apresentação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2. Instrumentos financeiros

3.2.1. Ativos financeiros

Reconhecimento e mensuração

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas.

Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Classificação e mensuração subsequentes

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

3.2.2. Passivos financeiros

Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.3. Estoques de mercadorias, terrenos e petróleo

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou produção e os valores de reposição ou realização. Quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoques obsoletos ou de baixa movimentação.

Os estoques de terrenos são avaliados ao custo de aquisição, ou valor de realização, dos dois o menor.

Os estoques de petróleo podem ser comercializados em estado bruto.

O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

3.4. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos das depreciações e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia e suas controladas. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido, na mesma

base dos outros ativos imobilizados.

Custos incorridos antes da obtenção das concessões e gastos com estudos e pesquisas geológicas e geofísicas são lançados ao resultado quando incorridos.

Os gastos com a exploração e avaliação diretamente associados ao poço exploratório são capitalizados como ativos de exploração e avaliação até que a perfuração do poço é completada e seus resultados avaliados. Esses custos incluem salários de empregados, materiais e combustíveis utilizados, custo com aluguel de sonda e outros custos incorridos com terceiros.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item de imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes na venda ou baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

3.5. Ativo intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico ao qual se relacionam.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

Os ativos intangíveis correlatos à aquisição das concessões de direito de exploração e produção de petróleo e gás adquiridos com a compra da Phoenix são amortizados pelo método linear baseado no prazo do direito de exploração e na vida útil estimada dos poços.

3.6. Propriedades para investimento

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos de transação. Após o reconhecimento inicial, são mensuradas a valor justo.

Para os terrenos, a Companhia fez a avaliação com base no método comparativo direto de mercado.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando não se esperam benefícios econômicos futuros ou transferidas quando há intenção de venda.

3.7. Investimentos e base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida;
- Está exposta, ou tem direito, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida;
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá o poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferirem poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo:

- A dimensão da participação da Companhia em termos de direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto;
- Direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais;
- Quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes no momento em que as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

Quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as entidades do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as demonstrações financeiras das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

3.8. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada individualmente por cada entidade do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

3.9. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto sobre a renda diferido (“imposto diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios, se aplicável) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável, nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados, considerando a apuração por entidade, apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente

e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e o Grupo pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

3.10. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e de suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.11. Ativos, passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- (ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados;
- (iii) Obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

3.12. Distinção entre ativos e passivos circulantes e não circulantes

A distinção entre circulante e não circulante é baseada no ciclo operacional ou de ativos realizados e passivos liquidados dentro desse mesmo ciclo. A norma define o ciclo operacional como o tempo entre a aquisição dos ativos que circulam continuamente (capital de giro) e sua realização em caixa. A Companhia e suas controladas adotam o prazo de 12 meses como ciclo operacional.

3.13. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no dividendo mínimo definido no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em

Assembleia Geral.

3.14. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

3.15. Reconhecimento da receita

3.15.1 Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A Companhia tem como principal atividade o planejamento e a execução de projetos e obras de engenharia em todos os seus ramos e especialidades, sob regime de empreitada, administração ou outras modalidades praticadas no mercado.

A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que eles resultem em receita e possam ser mensurados de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de execução do contrato.

O estágio de execução do contrato é avaliado pelo método de porcentagem de conclusão (POC), que considera a proporção entre os custos incorridos com os serviços até então executados e o total dos custos orçados de cada contrato. Para contratos que não possam ter sua receita avaliada de maneira confiável em relação ao trabalho executado de acordo com esse método, a Companhia e suas controladas levam em consideração medições do trabalho executado com a finalidade de apurar a receita contábil.

Despesas de contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado.

3.15.2 Vendas de óleo, gás e derivados

Reconhecimento da receita conforme o IFRS 15 (CPC 47), que estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é

mensurada. A receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente e é reconhecida se:

- (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens forem transferidos para o comprador;
- (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia;
- (iii) os custos associados e a possível devolução de produtos puderem ser estimados de maneira confiável;
- (iv) não haja envolvimento contínuo com os produtos vendidos; e
- (v) o valor da receita possa ser mensurado de forma confiável. A receita é mensurada líquida de devoluções e descontos comerciais, quando aplicável.

É reconhecida sua receita quando (ou à medida que) satisfaz sua obrigação de desempenho, transferindo o bem ou pela prestação de serviço prometido ao cliente.

3.16. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor.

A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua

taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.17. Combinação de Negócios

Combinações de negócio são registradas pelo método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia. Na determinação se um conjunto de atividades e ativos se caracteriza como um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos contribui significativamente para a capacidade de gerar output.

A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Eventual ágio gerado na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição, quando presentes todos os elementos de mensuração. As contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

3.18. Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

A apresentação da demonstração do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas.

3.19. Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa

(IAS 7).

3.20. Resultado básico e diluído por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias no respectivo exercício, considerando, quando aplicável, ajustes de desdobramento ocorridos no exercício ou nos eventos subsequentes na preparação das demonstrações contábeis.

4. Estimativas e premissas contábeis significativas

Na aplicação das práticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este exercício ou também exercícios posteriores, se a revisão afetar tanto o exercício presente como exercícios futuros. A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

4.1. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota explicativa 26. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes aos processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

4.2. Vida útil dos bens do imobilizado e intangível

Quando existe a necessidade, a Companhia revisa a vida útil estimada, valor residual e método de depreciação ou amortização dos bens do imobilizado e intangível no final de cada exercício de relatório.

4.3. Perda de créditos esperada

A perda de créditos esperada é constituída para levar as contas a receber de clientes ao seu valor de recuperação com base na análise individual dos créditos existentes. A Companhia adota o critério de provisionar a totalidade dos créditos considerados de difícil realização, e reconhece imediatamente como perda no resultado aqueles considerados como incobráveis.

4.4. Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercado de ativos, ele é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, taxa de juros, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

4.5. Impostos

Existem incertezas em relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. O Grupo está sujeito, no curso normal dos nossos negócios, a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias tributárias e trabalhistas. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que sejam movidos contra a Companhia, esta pode ser adversamente afetada, independentemente do respectivo resultado.

5. Adoção de novos pronunciamentos contábeis e novos pronunciamentos emitidos e ainda não adotados

Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2025

O IASB emitiu/revisou algumas normas que terão adoção para o exercício de 2026 ou após:

IFRS 7/CPC 40 (R1) – Divulgação de instrumentos financeiros: As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.

IFRS 9/CPC 48 – Classificação e mensuração de instrumentos financeiros: As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG).

IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública: Divulgação: Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do exercício de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou

intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para os exercícios de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 - Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2027.

A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que essas novas normas e alterações possam ter em suas Demonstrações Contábeis, e acredita que não terá efeitos relevantes.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	11	2	75	52
Banco conta movimento	21	21	15.888	1.186
Aplicações financeiras	4	256	14.107	1.913
Total	36	279	30.070	3.151

O saldo de caixa e bancos compreende os depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato e os referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações do Grupo. As aplicações financeiras são formadas por CDBs.

São classificadas pela Administração da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa", que representam dinheiro em caixa, depósitos imediatamente resgatáveis e de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitos a insignificante risco de alteração de valor.

7. Clientes

A rubrica é representada por clientes nacionais, sendo locações, venda de mercadorias e serviços de construção faturados e a faturar pela Companhia:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

7.1. Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber faturado	16	4.764	35.249	11.673
Contas a receber a faturar	-	56.705	86.276	96.779
	16	61.469	121.525	108.452
(-) Antecipação de recebíveis	-	-	(22.909)	(3.538)
(-) Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa (PECLD)	-	(38.097)	-	(38.097)
Saldo de clientes líquido	16	23.372	98.616	66.817

A Companhia realizou a cessão de créditos e demais direitos a receber no montante de R\$ 61.410 como forma de pagamento pelos recursos recebidos da sua subsidiária MKS. Os créditos e demais direitos cedidos são decorrentes de contratos já encerrados e que se encontravam em fase de cobrança extrajudicial.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Companhia, após análise dos créditos em aberto, entendeu que não existe a necessidade de constituição de saldo de perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa (PECLD).

7.2. Prazo de vencimento (*aging list*) dos recebíveis

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	16	23.372	111.852	68.747
01 a 60 dias	-	-	5.805	-
61 a 180 dias	-	-	2.452	-
Acima de 180 dias	-	38.097	1.416	39.705
Vencidas	-	38.097	9.673	39.705
	16	61.469	121.525	108.452
(-) Antecipação de recebíveis	-	-	(22.909)	(3.538)
(-) Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa (PECLD)	-	(38.097)	-	(38.097)
Saldo de clientes líquido	16	23.372	98.616	66.817

8. Estoques

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Material de construção e peças de manutenção	15.354	10.130
Material de revenda	3.731	6.130
Petróleo Bruto	-	97
Total	19.085	16.357

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

9. Estoque de terrenos

Os terrenos adquiridos para comercialização são inicialmente reconhecidos pelos custos de aquisição (custo histórico) e posteriormente mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

	M ²	Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024
Lote 6 (i)	1.536	1.311	1.311
Total	1.536	1.311	1.311

(i) O terreno está dado em garantia em processos judiciais e parcelamentos tributários (nota 23.1).

10. Adiantamento a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Nacionais	215	2	38.649	3.643
Internacionais	-	-	11.658	-
Total	215	2	50.307	3.643

Os adiantamentos a fornecedores nacionais e internacionais se referem-se à compra de materiais, equipamentos e serviços a serem utilizados na execução dos projetos.

11. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRRF	2	2	5.867	2.688
CSLL	-	-	2.317	1.417
ICMS	-	-	322	219
INSS	-	-	914	1.533
ISS	-	-	1.188	738
PIS	-	-	1.196	1.593
COFINS	-	-	5.689	7.280
Outros	-	-	583	623
Total	2	2	18.076	16.091

12. Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Seguros a apropriar (i)	199	299	6.778	478
Deposito aluguel (Caução)	19	19	338	340
Compra para entrega futura	-	-	1.134	-
Outras despesas antecipadas	-	49	80	50
Total	218	367	8.330	868
Circulante	218	367	5.175	868
Não circulante	-	-	3.155	-

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

(i) Refere-se a seguro de execução de obra.

13. Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Depósito judicial (i)	312	-	4.928	3.994
Consórcio	-	-	3.450	4.009
Drake Engenharia	-	-	-	1.966
Retenção contratual (ii)	-	-	15.379	13.199
Petro Victory Energia LTDA (iii)	-	-	-	4.743
Outras contas a receber	-	-	635	2.604
Total	312	-	24.392	30.515
Circulante	109	-	18.777	17.820
Não circulante	203	-	5.615	12.695

(i) Refere-se a valores de depósitos judiciais em processos tributários, trabalhistas e cíveis.

(ii) São valores retidos pelos clientes a título de garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, sendo restituídos quando do atingimento de marcos contratuais.

(iii) São valores pagos à Petro Victory Energia com base no contrato de opção e cessão de participação.

14. Investimentos

Os investimentos permanentes estão enquadrados como controladas com influência significativa e, portanto, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

14.1. Composição dos investimentos em controladas

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Infrainvest Administração E Investimentos Ltda	182.979	171.095
Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda.	176.888	164.537
Azevedo & Travassos Energia S.A.	-	154.638
Azevedo & Travassos Investimentos	304.669	-
Total	664.536	490.270

14.2. Movimentação dos investimentos em controladas

	Controladora						
	ATINFRA	INFRAINVEST	ATENERGIA	ATP	MKS	ATINVESTIMENTOS	TOTAL
Saldo final em 31/12/2023	184.590	217.174	-	6	-	-	401.770
Aquisição de investimento (i)	-	-	193.289	-	-	-	193.289
Aumento de capital	1.487	-	-	193.118	-	-	194.605
Resultado de equivalência	(20.736)	(46.079)	(38.651)	-	-	-	(105.466)
Baixa de investimento	(804)	-	-	(193.124)	-	-	(193.928)
Saldo final em 31/12/2024	164.537	171.095	154.638	-	-	-	490.270
Aquisição de investimento (ii)	-	-	-	-	(25.287)	22.641	(2.646)
Ajuste de combinação de negócios (iii)	-	-	-	-	-	145.188	145.188
Aumento de capital	-	-	-	-	-	161.000	161.000
Resultado de equivalência	12.351	11.884	-	-	(345.797)	(24.160)	(345.722)
Baixa de investimento (iv)	-	-	(154.638)	-	371.084	-	216.446
Saldo final em 31/12/2025	176.888	182.979	-	-	-	304.669	664.536

(i) Refere-se ao aporte de capital na ATENERGIA com o investimento na ATP.

(ii) Aquisição de investimento na MKS e ATINVESTIMENTOS por meio de aumento de capital na ATSA.

(iii) Refere-se à diferença entre o valor do investimento e o valor apurado na mensuração e alocação inicial dos ativos e passivos a valor justo da ATINVESTIMENTOS.

(iv) Baixa do investimento na ATENERGIA por conta da cisão parcial do patrimônio da ATSA e da reversão da provisão para perda de investimento por conta da alienação da MKS (Nota 17.2).

14.3. Informações sobre os investimentos em controladas

	ATINFRA		INFRAINVEST		ATENERGIA		ATINVESTIMENTO	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Participação	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Ativo	522.079	306.097	452.950	396.211	-	192.262	546.731	-
Passivo	345.191	141.560	269.971	225.116	-	37.624	242.062	-
Patrimônio líquido	164.537	185.275	171.095	217.175	-	193.289	328.829	-
Lucro/(Prejuízo) do exercício	12.351	(20.738)	11.884	(46.080)	-	(38.651)	(24.160)	-

14.4. – Composição dos investimentos em controladas em conjunto

Os investimentos em participações societárias controladas em conjunto são realizados por meio do Fundo de Investimento em Participações Azevedo e Travassos Infraestrutura I, que investe em ativos de concessão rodoviária e saneamento.

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Rota Verde Goiás SPE S.A. (i)	458.854	-
Aviva Ambiental S.A. (ii)	75.661	-
Total	534.515	-

(i) Concessão rodoviária de um importante corredor logístico brasileiro localizado no estado de Goiás, que engloba os trechos das rodovias BR-060 e BR-462.

(ii) A Aviva Ambiental possui participações societárias em 4 concessionárias de saneamento: a) Sanessol; b) Jacundá; c) Buriti; e d) Verde Alagoas.

14.5. – Movimentação dos investimentos em controladas em conjunto

	Rota Verde	Aviva Ambiental
Saldo final em 31/12/2024	-	-
Aquisição de investimento (i)	-	15.397
Aumento de capital (i)	318.374	4.510
Ajuste de combinação de negócios (ii)	155.878	52.343
Resultado do exercício	(15.398)	3.411
Saldo final em 31/12/2025	458.854	75.661

(i) Valor dos investimentos na data da combinação de negócios e aumentos de capital.

(ii) Com a aquisição do controle da ATINVESTIMENTOS, os ativos de concessão de saneamento e de rodovia foram avaliados no processo de mensuração e alocação inicial pelo valor justo, sendo apurada mais-valia em relação ao valor patrimonial dessas participações societárias.

15. Propriedades para investimentos

A propriedade para investimento é mensurada pelo custo de aquisição no reconhecimento inicial e deve ser continuamente mensurada pelo valor justo.

15.1. Movimentação

Em junho de 2024, a Companhia transferiu a propriedade dos terrenos 8A, 8B e 8C, avaliados no valor de R\$ 13.800, como forma de quitação de dívida junto ao Banco Money Plus (BMP).

Em dezembro de 2024, a Companhia transferiu os terrenos 4, 7 e Elísio, avaliados no valor de R\$ 27.610, assim como outros lotes de sua propriedade, como parte do pagamento da dívida decorrente de processo judicial.

Em 15 de março de 2025, a Companhia realizou a avaliação das propriedades para investimentos, por meio de laudo de avaliação, utilizando o método comparativo de preços para atualização dos ativos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	CONSOLIDADO
Saldo final em 31/12/2023	69.410
Baixas	(41.410)
Saldo final em 31/12/2024	28.000
Ajuste a valor justo	3.200
Saldo final em 31/12/2025	31.200

15.2. Relação dos imóveis

Item	Descrição	Área (m ²)	31/12/2025	Ajuste AVJ	31/12/2024	Baixas	31/12/2023
1	LOTE 1 (i) - ATI Rua Bueno da Ribeira e Rua Bernardo Rolim de Moura, lote 1, parte do Sítio Guerra, no 4º Subdistrito – Nossa Senhora do Ó, São Paulo/SP	55.568	31.200	3.200	28.000	-	28.000
2	LOTE 4 Rua Hortolândia, lote 4, parte do Sítio Guerra, no 4º Subdistrito - Nossa Senhora do Ó, São Paulo/SP	4.343	-	-	-	(4.350)	4.350
3	LOTE 7 Rua Hortolândia, lote 7, parte do Sítio Guerra, no 4º Subdistrito – Nossa Senhora do Ó, São Paulo/SP	18.144	-	-	-	(9.800)	9.800
4	LOTE 8 A Rua Hortolândia, área A (parte do lote 8), parte do Sítio Guerra, no 4º Subdistrito – Nossa Senhora do O, São Paulo/SP	6.697	-	-	-	(6.000)	6.000
5	LOTE 8 B Endereço: Rua Hortolândia, Área B (parte do lote 8), parte do Sítio Guerra, no 4º Subdistrito – Nossa Senhora do Ó, São Paulo/SP	2.441	-	-	-	(2.400)	2.400
6	LOTE 8 C Endereço: Rua Hortolândia, Área C (parte do lote 8), parte do Sítio Guerra, no 4º Subdistrito – Nossa Senhora do Ó, São Paulo / SP	5.629	-	-	-	(5.400)	5.400
7	LOTE ELISIO Av. Elisio Teixeira Leite, no 31º Subdistrito - Pirituba e no 4º Subdistrito - Nossa Senhora do Ó, São Paulo/SP	22.999	-	-	-	(13.460)	13.460
TOTAL			31.200	3.200	28.000	(41.410)	69.410

(i) O lote 1 encontra-se arrolado em garantia das ações trabalhistas do PPLE (Plano Prévio de Liquidação de Execuções).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

16. Imobilizado

16.1. Composição

Controladora				31/12/2024			31/12/2025		
Imobilizado:	Vida útil (anos)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Saldo Líquido		
Máquinas e equipamentos	10	3.586	(1.542)	2.044	3.536	(1.965)	1.571		
Veículos	5	500	(375)	125	500	(500)	-		
Móveis e utensílios	10	435	(150)	285	435	(190)	245		
Equipamentos de informática	5	264	(125)	139	264	(153)	111		
Benfeitorias em propriedade de terceiros	25	243	(149)	94	243	(203)	40		
Direitos de uso	5	2.241	(1.419)	822	2.599	(1.994)	605		
Total		7.269	(3.760)	3.509	7.577	(5.005)	2.572		

Consolidado				31/12/2024			31/12/2025		
Imobilizado:	Vida útil (anos)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Saldo Líquido		
Poços	15 a 27	17.488	(2.600)	14.888	-	-	-		
Ferramentas	10	-	-	-	112	(26)	86		
Máquinas e equipamentos	10	30.425	(14.403)	16.022	34.244	(16.199)	18.045		
Veículos	5	1.041	(613)	428	1.131	(722)	409		
Móveis e utensílios	10	1.073	(436)	637	1.572	(527)	1.045		
Terrenos	-	-	-	-	25.000	-	25.000		
Equipamentos de informática	5	2.372	(1.306)	1.066	2.750	(1.557)	1.193		
Benfeitorias em propriedade de terceiros	25	243	(149)	94	243	(203)	40		
Direitos de uso	5	38.610	(1.892)	36.718	36.855	(4.468)	32.387		
Total		91.252	(21.399)	69.853	101.907	(23.702)	78.205		

16.2. Movimentação

Controladora							
Imobilizado:	Vida útil (anos)	Saldo em 31/12/2023	Adições	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2024
Máquinas e equipamentos	10	4.072	-	-	(1.438)	(590)	2.044
Veículos	5	250	-	-	-	(125)	125
Móveis e utensílios	10	316	-	11	-	(42)	285
Equipamentos de informática	5	169	-	-	-	(30)	139
Benfeitorias em propriedade de terceiros	25	148	-	-	-	(54)	94
Direitos de uso	5	1.270	-	-	-	(448)	822
Total		6.225	-	11	(1.438)	(1.289)	3.509

Controladora							
Imobilizado:	Vida útil (anos)	Saldo em 31/12/2024	Adições	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2025
Máquinas e equipamentos	10	2.044	-	-	(16)	(457)	1.571
Veículos	5	125	-	-	-	(125)	-
Móveis e utensílios	10	285	-	-	-	(40)	245
Equipamentos de informática	5	139	-	-	-	(28)	111
Benfeitorias em propriedade de terceiros	25	94	-	-	-	(54)	40
Direitos de uso	5	822	324	-	-	(541)	605
Total		3.509	324	-	(16)	(1.245)	2.572

Consolidado							
Imobilizado:	Vida útil (anos)	Saldo em 31/12/2023	Adições	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2024
Poços	15 a 27	-	17.488	-	-	(2.600)	14.888
Máquinas e equipamentos	10	19.478	1.149	1.065	(2.448)	(3.222)	16.022
Veículos	5	254	106	422	-	(354)	428
Móveis e utensílios	10	689	51	-	-	(103)	637
Terrenos (i)	-	219.471	-	-	(219.471)	-	-
Equipamentos de informática	5	1.318	171	-	-	(423)	1.066
Benfeitorias em propriedade de terceiros	25	148	-	-	-	(54)	94
Direitos de uso (ii)	5 a 15	1.272	36.369	-	-	(923)	36.718
Total		242.630	55.334	1.487	(221.919)	(7.679)	69.853

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

Consolidado							
Imobilizado:	Vida útil (anos)	Saldo em 31/12/2024	Adições	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2025
Poços (iii)	15 a 27	14.888	-	-	(14.888)	-	-
Ferramentas	10	-	100	-	-	(14)	86
Máquinas e equipamentos (iii)	10	16.022	6.493	-	(1.002)	(3.468)	18.045
Veículos	5	428	210	(12)	(2)	(215)	409
Móveis e utensílios	10	637	509	10	(12)	(99)	1.045
Terrenos	-	-	25.000	-	-	-	25.000
Equipamentos de informática	5	1.066	497	-	(40)	(330)	1.193
Benfeitorias em propriedade de terceiros	25	94	-	-	-	(54)	40
Direitos de uso (iii)	5 a 15	36.718	324	-	(1.831)	(2.824)	32.387
Total		69.853	33.133	(2)	(17.775)	(7.004)	78.205

Principais movimentações:

(i) Terrenos:

- Em junho de 2024, a ATP utilizou terrenos de sua propriedade no valor de R\$ 185.381 como forma de pagamento pela aquisição do investimento na Phoenix Óleo e Gás Ltda.
- Em dezembro de 2024, a HEFTOS realizou a operação de venda do terreno no qual possui suas instalações pelo valor de R\$ 34.090 e realizou um contrato de arrendamento dessas instalações pelo prazo de 15 anos.

(ii) Direitos de uso:

- O saldo de direitos de uso teve um acréscimo de R\$ 36.369 das seguintes operações: (a) R\$ 2.113, arrendamento de sonda de complementação e (b) R\$ 34.256, arrendamento das instalações da HEFTOS (nota 21).

(iii) Baixas de Ativo Imobilizado:

- Em 13 de fevereiro de 2025, como resultado do processo de cisão da Azevedo Travassos S.A., os ativos imobilizados relacionados à exploração e produção de petróleo e gás foram segregados do patrimônio da Controladora no valor de R\$ 17.159.

17. Intangível

17.1. Composição

Controladora		31/12/2024			31/12/2025		
Intangível:	Vida útil (anos)	Custo	Amortização acumulada	Saldo Líquido	Custo	Amortização acumulada	Saldo Líquido
Licenças	5	21	(12)	9	21	(17)	4
Backlog	3	38.625	(38.625)	-	-	-	-
Marcas	17	36.321	(6.410)	29.911	36.321	(8.546)	27.775
Total		74.967	(45.047)	29.920	36.342	(8.563)	27.779

Consolidado		31/12/2024			31/12/2025		
Intangível:	Vida útil (anos)	Custo	Amortização acumulada	Saldo Líquido	Custo	Amortização acumulada	Saldo Líquido
Licenças	5 a 10	330	(275)	55	320	(295)	25
Acervo Técnico (i)	10	117.775	(35.330)	82.445	145.448	(51.061)	94.387
Backlog (ii)	3	38.625	(38.625)	-	-	-	-
Marcas (ii)	17	36.341	(6.410)	29.931	36.321	(8.546)	27.775
Gastos exploratórios (iii)	15 a 27	16.176	(10.865)	5.311	-	-	-
Concessão de direitos de petróleo (iii)	15 a 27	146.665	(3.528)	143.137	-	-	-
Total		355.912	(95.033)	260.879	182.089	(59.902)	122.187

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

- (i) Acervo técnico de obras, em especial do setor de Óleo e Gás, detido pela subsidiária Heftos.
- (ii) Valores atribuídos à marca Heftos e ao backlog de contratos em execução quando da aquisição do negócio.
- (iii) Valor de gastos de exploração e direitos de concessão de petróleo.

17.2. Movimentação

As movimentações ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão demonstradas a seguir:

Controladora							
Intangível:	Vida útil (anos)	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	Amortização	Saldo em 31/12/2024
Licenças	5	13	-	-	-	(4)	9
Backlog	3	12.875	-	-	-	(12.875)	-
Marcas	17	32.048	-	-	-	(2.137)	29.911
Total		44.936	-	-	-	(15.016)	29.920

Controladora							
Intangível:	Vida útil (anos)	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências	Amortização	Saldo em 31/12/2025
Licenças	5	9	-	-	-	(5)	4
Marcas	17	29.911	-	-	-	(2.136)	27.775
Mais Valia / Ágio		-	753.645	(700.833)	(52.812)	-	-
Total		29.920	753.645	(700.833)	(52.812)	(2.141)	27.779

Consolidado							
Intangível:	Vida útil (anos)	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferência	Amortização	Saldo em 31/12/2024
Licenças	5 a 10	65	9	-	-	(19)	55
Acervo Técnico	10	94.222	3.954	-	-	(15.731)	82.445
Backlog	3	12.875	-	-	-	(12.875)	-
Marcas	17	32.047	20	-	-	(2.136)	29.931
Gastos exploratórios (i)	15 a 27	-	16.176	-	-	(10.865)	5.311
Concessão de direitos de petróleo (i)	15 a 27	-	144.512	-	-	(1.375)	143.137
Total		139.209	164.671	-	-	(43.001)	260.879

Consolidado							
Intangível:	Vida útil (anos)	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Transferência	Amortização	Saldo em 31/12/2025
Licenças	5 a 10	55	-	(9)	-	(21)	25
Acervo Técnico (ii)	10	82.445	27.673	-	-	(15.731)	94.387
Marcas	17	29.931	-	(20)	-	(2.136)	27.775
Gastos exploratórios (i)	15 a 27	5.311	-	(5.311)	-	-	-
Concessão de direitos de petróleo (i)	13 a 33	143.137	-	(143.137)	-	-	-
Mais Valia / Ágio (iii)		-	753.645	(700.833)	(52.812)	-	-
Total		260.879	781.318	(849.310)	(52.812)	(17.888)	122.187

Principais movimentações:

(i) Gastos exploratórios e concessões de direitos de petróleo:

- Em junho de 2024, a ATP adquiriu a participação de 100% das quotas da Phoenix, empresa detentora dos direitos de concessão de exploração e produção de petróleo e gás.
- Em fevereiro de 2025, como resultado do processo de cisão da Azevedo Travassos S.A., os ativos relacionados aos direitos de concessão de exploração e produção de petróleo e gás foram segregados do patrimônio da Controladora.

(ii) Acervo técnico:

- O acréscimo decorre da reversão de provisão para perda registrada na subsidiária Heftos. A revisão da expectativa de realização dos saldos tem como fundamento o crescimento expressivo do backlog da investida e o desfecho bem-sucedido da renegociação da dívida tributária da Heftos.

(iii) Mais-valia/ágio:

- Em fevereiro de 2025, foram adquiridas, por meio de aporte de capital, a participação de 100% nos investimentos na MKS Soluções Integradas S.A. e Azevedo & Travassos Investimentos S.A., sendo apurada na mensuração inicial dos ativos e passivos das investidas a valor justo, uma mais-valia de R\$ 753.645, relacionada aos direitos de concessão, acervos técnicos, marcas e outros ativos intangíveis.
- Em setembro de 2025, a MKS apresentou uma rápida deterioração comercial e financeira, agravada por fatores reputacionais decorrentes das notícias envolvendo o seu principal credor e o seu antigo controlador, um fundo gerido pela Reag. Esses eventos comprometeram a capacidade da MKS de contratar novos projetos, manter relações com fornecedores e acessar fontes de financiamento, culminando com a alienação do investimento para o seu antigo controlador pelo valor de R\$ 1,00 e a baixa integral do valor de mais-valia relacionado à MKS, no valor de R\$ 700.833.
- Em dezembro de 2025, foram transferidos os saldos remanescentes de mais-valia vinculados à ATINVESTIMENTOS para o grupo de investimentos como resultado da revisão da mensuração e alocação inicial dos ativos e passivos da investida a valor justo.

18. Partes relacionadas

Trata-se substancialmente da transferência de recursos financeiros entre a Controladora e suas subsidiárias integrais para liquidação de passivos e manutenção do caixa administrativo ou transações com acionistas.

As transações com partes relacionadas estão divulgadas a seguir:

18.1. Transações entre partes relacionadas reconhecidas no ativo e no passivo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldos a receber de acionistas e empresas do Grupo				
Infrainvest Administração e Investimentos Ltda	7.082	51.263	-	-
Heftos Óleo e Gás Construções S.A.	-	1.003	-	-
Azevedo & Travassos Investimentos	20.014	-	-	-
Aviva	1.247	-	-	-
Forseti	-	-	-	200
	28.343	52.266	-	200

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

Saldos a pagar para acionistas e empresas do Grupo				
Infrainvest Administração e Investimentos Ltda	-	(53.247)	-	-
Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda.	(232.238)	(200.367)	-	-
Heftos Óleo e Gás Construções S.A.	(93.629)	(123.209)	-	-
Fip Congem	-	-	(26.113)	(3.955)
Nemesis Brasil	(268.897)	-	(268.897)	-
Forseti	-	-	-	(2.102)
Outros	-	-	(143)	-
	(594.764)	(376.823)	(295.153)	(6.057)
Ativo (Passivo) com partes relacionadas, líquido.	(566.421)	(324.557)	(295.153)	(5.857)

18.2. Remuneração da Administração

Em 31 de dezembro de 2025, as despesas com a remuneração do pessoal-chave da Administração, o que inclui o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, reconhecidas no resultado do exercício, totalizam nas demonstrações financeiras individuais R\$ 4.667 (R\$ 2.953 em 31 de dezembro de 2024) e nas demonstrações financeiras consolidadas R\$ 5.996 (R\$ 2.978 em 31 de dezembro de 2024).

19. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Materiais	1.501	924	32.438	12.685
Serviços	8.502	5.562	93.785	75.872
	10.003	6.486	126.223	88.557

O saldo de fornecedores é composto por fornecedores nacionais e internacionais, principalmente de materiais de consumo e locações para utilização nas execuções das obras.

20. Empréstimos e financiamentos

As operações de crédito bancário não possuem nenhum tipo de covenant financeiro. Adicionalmente, as linhas bancárias têm por objetivo financiar o capital de giro da Companhia.

20.1. Composição

Empresa	Tipo de Operação	Encargos	Emissão	Vencimentos	Controladora		Consolidado	
					31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
ATSA	CCB	2,0% a.m.	04/07/2024	31/07/2025	-	9.634	-	9.634
ATSA	Nota Comercial	2,5% a.m.	30/10/2024	31/07/2025	-	49.294	-	49.293
ATI	Nota Comercial	2,7% a.m.	01/07/2024	14/07/2025	-	-	-	7.283
ATI	Nota Comercial	CDI + 8% a.a.	16/10/2025	16/04/2027	-	-	20.000	-
INFRAINVEST	CCB	1,40%a.m.(18,15%aa)	22/04/2024	22/04/2027	-	-	1.533	2.554
HEFTOS	Cheque Especial	18,86 % a.a.	01/11/2023	01/10/2026	-	-	1.096	1.425
HEFTOS	CCB	CDI +0,80% a.m.	31/03/2025	31/03/2027	-	-	8.263	-
ATINVESTIMENTOS	Capital de Giro	19,56% a.a.	23/02/2022	16/02/2026	-	-	20.697	-
ATINVESTIMENTOS	Debentures	13% a.a. + D.I	11/12/2025	10/12/2026	-	-	158.357	-
PHOENIX	CCB	2,25 % a 23,87% a.a.	04/10/2021	12/09/2027	-	-	-	1.952
PHOENIX	Nota Comercial	3,50% a.m.	26/03/2024	16/06/2025	-	-	-	337
Total					-	58.928	209.946	72.478
Circulante					-	58.928	198.634	69.810
Não circulante					-	-	11.312	2.668

20.2. Vencimento das parcelas

	Consolidado	
	Valor Total	%
2026	198.634	94,61%
2027	11.312	5,39%
	209.946	100,00%

20.3. Abertura

Empresa	Banco	Tipo de Operação	Encargos	Emissão	Vencimentos	CONSOLIDADO						
						31/12/2024	Captações	Juros Incorridos	Pagamento Principal	Pagamento Juros	Baixa Cisão	31/12/2025
ATSA	Qista	CCB	2,0% a.m.	04/07/24	31/07/25	9.634	19.963	4.197	(29.597)	(4.197)	-	-
ATSA	Reag	Nota Comercial	2,5% a.m.	30/10/24	31/07/25	49.293	-	9.759	(49.293)	(9.759)	-	-
ATI	TS Fundo	Nota Comercial	2,7% a.m.	01/07/24	15/01/25	7.283	-	505	(7.036)	(752)	-	-
ATI	Invista Fundo III	Nota Comercial	2,7% a.m.	19/03/25	14/07/25	-	5.560	-	(5.560)	-	-	-
ATI	Planner	Nota Comercial	CDI + 8% a.a.	16/10/25	16/04/27	-	20.000	603	-	(603)	-	20.000
INFRAINVEST	Itaú	CCB	1,40%a.m.(18,15%aa)	22/04/24	22/04/27	2.554	-	243	(1.021)	(243)	-	1.533
HEFTOS	Santander	Cheque Especial	18,86 % a.a.	01/11/23	01/10/26	1.425	-	149	(329)	(149)	-	1.096
HEFTOS	C6 BANK	CCB	CDI +0,80% a.m.	31/03/25	31/03/27	-	10.000	1.901	(1.737)	(1.901)	-	8.263
ATINVESTIMENTOS	BRK	Capital de Giro	19,56% a.a.	23/02/22	16/02/26	-	20.697	-	-	-	-	20.697
ATINVESTIMENTOS	JIVE	Debêntures	13% a.a. + D.I	11/12/25	10/12/26	-	157.357	1.000	-	-	-	158.357
PHOENIX	Bradesco	CCB	9,25% a.a.	04/10/21	04/09/26	1.470	-	-	-	-	(1.470)	-
PHOENIX	Caixa	CCB	23,87% a.a.	12/09/23	12/09/27	482	-	-	-	-	(482)	-
PHOENIX	Confiança	Nota Comercial	3,50% a.m.	26/03/24	16/06/25	337	-	-	-	-	(337)	-
Total						72.478	233.577	18.357	(94.573)	(17.604)	(2.289)	209.946
							Circulante					198.634
							Não circulante					11.312

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de empréstimos e financiamentos no Consolidado alcançou o total de R\$ 209.946 (R\$ 72.470, em 31 de dezembro de 2024). O acréscimo decorre principalmente da emissão de debêntures realizada pela Azevedo e Travassos Investimentos no valor de R\$ 157.357. Os recursos foram direcionados à capitalização da Rota Verde Goiás, ativo estratégico no setor de concessão de rodovias e um dos principais vetores de geração de valor do grupo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

21. Arrendamento por Direito de Uso

Refere-se aos compromissos assumidos em contratos de locação de equipamentos e instalações administrativas e operacionais da Companhia.

O ajuste a valor presente relacionado aos contratos de arrendamento por direito de uso é calculado individualmente por contrato e aplicado durante sua vigência, considerando o prazo de vencimento.

Os aluguéis variáveis, de contratos de curto prazo ou de baixo valor, são registrados no resultado do exercício.

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.436	1.436
(+) Adições (i)	-	36.369
(+) Ajuste a valor presente	412	434
(-) Pagamentos	(626)	(1.271)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.222	36.968
(+) Ajuste a valor presente	112	370
(-) Baixas (ii)	-	(1.733)
(-) Pagamentos	(737)	(5.327)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	597	30.278
Circulante	597	4.490
Não circulante	-	25.788

- (i) As adições no saldo são vinculadas a equipamentos e instalações operacionais (nota 16.2).
(ii) A baixa do saldo de arrendamento de direitos de uso decorre da cisão da Azevedo Travassos S.A. com a separação dos ativos e passivos de exploração e produção de petróleo e gás da AT Energia.

22. Salários, provisões para férias e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Salários e quitações a pagar	698	1.286	11.328	7.949
Provisão para férias e 13 salário	730	882	7.498	4.324
Encargos sociais	2.204	1.617	16.241	19.610
Acordos trabalhistas (i)	26.115	52.743	26.115	52.745
Outros	-	-	143	
Total	29.747	56.528	61.325	84.628
Circulante	27.467	32.704	59.045	60.802
Não circulante	2.280	23.824	2.280	23.826

- (i) Acordos trabalhistas homologados no PPLE (Plano Prévio de Liquidação das Execuções) e acordos individuais negociados com pagamentos parcelados.

23. Obrigações tributárias

23.1. Transação Tributária

Em dezembro de 2024, ocorreu a consolidação final do parcelamento decorrente da transação tributária individual realizada pela Companhia junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Em novembro de 2025, foi deferido o pedido de Transação Individual nº 20230322830 da controlada Heftos Óleo & Gás Construções S.A., junto à PGFN/SP, envolvendo redução e reparcelamento de débitos fiscais. O acordo reduziu o passivo tributário de R\$ 121.973 para R\$ 77.616, com utilização de créditos fiscais no valor de R\$ 20.377 e dos benefícios de redução de multa, juros e encargos de R\$ 23.980.

As movimentações ocorridas nos saldos de obrigações tributárias decorrentes de transação tributária nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão demonstradas a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	8.561	8.561
Inclusão de novos débitos	3.524	3.524
Acréscimo Multa, Juros e Encargos	9.802	9.802
Redução de multa, juros e encargos	(7.750)	(7.750)
Utilização de prejuízo fiscal e base negativa CSLL	(3.456)	(3.456)
Pagamentos	(2.344)	(2.344)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	8.337	8.337
Circulante	2.144	2.144
Não Circulante	6.193	6.193
	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2024	8.337	8.337
Inclusão de novos débitos	-	63.933
Acréscimo Multa, Juros e Encargos	1.358	59.398
Redução de multa, juros e encargos	-	(23.980)
Utilização de prejuízo fiscal e base negativa CSLL	-	(20.377)
Atualização Monetária	1.109	1.109
Pagamentos	(2.110)	(2.631)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	8.694	85.789
Circulante	1.739	10.620
Não Circulante	6.955	75.169

No âmbito da transação tributária, a Companhia arrolou o terreno para assegurar a execução do novo parcelamento (Nota 9).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

23.2. Outros impostos

Abaixo segue o quadro comparativo dos demais tributos em aberto da Companhia:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Outros impostos				
ICMS a recolher	-	-	3.999	2.819
ISS a recolher	25	18	17.358	15.513
INSS	44	68	326	554
Parcelamento Municipal	124	5.619	124	5.619
Impostos retidos na fonte	2.298	1.462	5.262	5.115
PIS e COFINS a recolher	18	37	10.058	2.145
IRPJ e CSLL a recolher	351	350	663	375
Parcelamento tributos federais	9.760	6.605	65.634	158.758
PPI (Programa de Parcelamento Incentivado)	-	-	-	4.694
Outros	807	641	3.560	1.110
Total	13.427	14.800	106.984	196.702
Circulante	5.098	4.416	49.911	74.674
Não circulante	8.329	10.384	57.073	122.028

24. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Seguros a pagar	90	29	10.537	97
Acordos judiciais (i)	337	1.161	1.788	2.016
Adiantamento de clientes (ii)	-	-	56.127	2.681
Consortio	-	-	1.868	2.318
Drake Engenharia (iii)	-	-	-	22.417
Superficiários a pagar (iv)	-	-	-	643
Obrigação por compra do terreno (v)	-	-	22.610	-
Outras	144	1.831	336	2.770
Total	571	3.021	93.266	32.942
Circulante	571	1.346	84.350	12.318
Não circulante	-	1.675	8.916	20.624

- (i) Acordos judiciais referentes a fornecedores;
(ii) Refere-se a adiantamentos de clientes recebidos principalmente pela ATinfra.
(iii) Corresponde ao saldo a pagar para Drake pela compra da Phoenix. Esse passivo foi transferido no processo de cisão da Azevedo Travassos S.A.
(iv) Saldo a pagar aos superficiários, aguardando a autorização da ANP. Esse passivo foi transferido no processo de cisão da Azevedo Travassos S.A.
(v) Saldo a pagar relativo à compra de terreno adquirido pela subsidiária Infrainvest.

25. Patrimônio do exercício

Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia encontra-se subscrito e integralizado no montante de R\$ 1.208.981, dividido em 201.978.758 ações ordinárias e 390.776.842 ações preferenciais, sem valor nominal, totalizando 592.755.600 ações. Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia encontra-se subscrito e integralizado no montante de R\$ 651.194, dividido em 67.326.343 ações ordinárias e 130.259.128 ações preferenciais, sem valor nominal, totalizando 197.585.471 ações.

Dividendos e juros sobre o capital próprio

Não houve distribuição de dividendos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Para todas as classes de ações está previsto o pagamento de dividendo mínimo anual obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da legislação societária.

Reserva legal

Deverá ser constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

Prejuízos acumulados

Em 31 de dezembro de 2024, os prejuízos acumulados totalizavam o valor de R\$ 514.813. Em 13 de fevereiro de 2025, a Companhia efetivou um processo de cisão, reduzindo o saldo de Prejuízos Acumulados no montante de R\$ 37.845, que, somado ao prejuízo de R\$ 620.309 do exercício de 31 de dezembro de 2025, passou a apresentar um saldo acumulado de R\$ 1.097.277.

26. Provisão para contingências

A Companhia é parte em processos trabalhistas e cíveis em andamento na esfera judicial e em processos tributários em andamento nas esferas judiciais e administrativas. As provisões relativas a esses processos são classificadas quanto à probabilidade de perda provável e possível.

Em 31 de dezembro de 2025, está provisionado na Controladora o montante de R\$ 29.414 (R\$ 17.148 em 31 de dezembro de 2024) e no consolidado R\$ 43.280 (R\$ 23.696 em 31 de dezembro de 2024), o qual a Administração entende, baseada na opinião de seus assessores legais, que é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento, como segue:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Causas trabalhistas	-	533	2.374	3.513
Causas tributárias	323	323	323	323
Causas cíveis	29.091	16.292	40.583	19.860
Total	29.414	17.148	43.280	23.696

A Companhia possui ações de natureza trabalhista, cível e tributária, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e seus advogados como possível ou remoto. O valor considerado nessa classificação corresponde à somatória dos valores atribuídos às causas pelos demandantes.

O valor das contingências classificadas como possíveis pelos advogados, conforme a prática jurídica, encontra-se discriminado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Causas trabalhistas	1.264	-	12.667	13.856
Causas tributárias	-	-	-	2.213
Causas cíveis	581	-	5.114	4.223
Total	1.845	-	17.781	20.292

27. Receita de venda e serviços prestados, líquida

27.1. Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta				
Receita bruta de produtos e serviços	189	184	384.770	165.118
	189	184	384.770	165.118
Deduções				
Impostos sobre as receitas	(20)	(28)	(35.343)	(13.300)
	(20)	(28)	(35.343)	(13.300)
Receita líquida	169	156	349.427	151.818

27.2. Receita líquida por empresa:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
ATSA	169	156
ATI	234.294	141.984
HEFTOS	69.094	7.479
PHOENIX	-	2.199
MKS (i)	45.870	-
Total	349.427	151.818

(i) A receita líquida foi reconhecida até a data de alienação dessa participação societária.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

28. Gastos por natureza

	Controladora									
	31/12/2025					31/12/2024				
	Custos	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas e despesas	Amortização do Intangível	Total	Custos	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas e despesas	Amortização do Intangível	Total
Salários e encargos	-	(8.496)	-	-	(8.496)	-	(11.689)	-	-	(11.689)
Honorários dos Administradores	-	(4.667)	-	-	(4.667)	-	(2.953)	-	-	(2.953)
Serviços contratados de terceiros	-	(15.014)	-	-	(15.014)	(31)	(17.047)	-	-	(17.078)
Provisão PPLE (coobrigação) (i)	-	-	1.177	-	1.177	-	-	(34.932)	-	(34.932)
Reversão/(constituição) de PECLD (ii)	-	-	38.097	-	38.097	-	-	-	-	-
Ganho/(Perda) na alienação do investimento (iii)	-	-	(139.241)	-	(139.241)	-	-	-	-	-
Ganho/(Perda) na alienação do ativo imobilizado	-	-	741	-	741	-	-	(9.084)	-	(9.084)
Materiais	-	-	-	-	-	(1)	-	-	-	(1)
Avaliação a valor justo (iv)	-	-	92.376	-	92.376	-	-	163	-	163
Amortização de Intangível (v)	-	-	-	(192.646)	(192.646)	-	-	-	(15.012)	(15.012)
Ganho na transação tributária (vi)	-	-	-	-	-	-	-	7.750	-	7.750
Ganho redução de passivo	-	-	-	-	-	-	-	6.067	-	6.067
Provisão para perda com obrigações legais (vii)	-	-	(13.735)	-	(13.735)	-	-	(67.710)	-	(67.710)
Outras receitas e despesas	-	(2.641)	(10.716)	-	(13.357)	-	(5.068)	2.541	-	(2.527)
Total	-	(30.818)	(31.301)	(192.646)	(254.765)	(32)	(36.757)	(95.205)	(15.012)	(147.006)

- (i) Reversão/(constituição) de Provisão PPLE (coobrigação): corresponde à constituição ou reversão de provisão de passivo trabalhista em processos nos quais a Companhia se tornou parte por coobrigação.
- (ii) Reversão/(constituição) de PECLD: Em 2025, a Companhia cedeu créditos e direitos a receber para MKS (Nota 7.1).
- (iii) Ganho/(perda) na alienação de investimento: corresponde à perda na alienação do investimento na MKS, líquida da provisão para perda de investimento e do saldo de mais-valia/ágio amortizado.
- (iv) Avaliação a valor justo: corresponde ao resultado de compra vantajosa apurado na mensuração inicial da combinação de negócios decorrente da aquisição da ATINVESTIMENTOS. Tal ganho reflete a diferença entre os ativos e passivos avaliados a valor justo e o valor de aquisição do negócio, sendo o principal efeito decorrente da mais-valia apurada nas participações societárias em concessões de saneamento e de rodovia detidas através do FIP Azevedo e Travassos Infraestrutura I.
- (v) Amortização de Intangível: refere-se à amortização de saldo de ativo intangível de marcas e backlog no montante de R\$ 2.137 (R\$ 15.012, em 2024) e valor de baixa de mais-valia/ágio relativo ao investimento na MKS de R\$ 190.509.
- (vi) Ganho na transação tributária: receita decorrente da redução de passivo tributário decorrente da transação tributária (Nota 23).
- (vii) Provisão para perdas com obrigações legais: contempla a constituição de provisão para contingências e perdas em processos judiciais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Consolidado									
	31/12/2025					31/12/2024				
	Custos	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas e despesas	Amortização do Intangível	Total	Custos	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas e despesas	Amortização do Intangível	Total
Salários e encargos	(126.954)	(21.339)	-	-	(148.293)	(59.726)	(33.262)	-	-	(92.988)
Honorários dos Administradores	-	(5.996)	-	-	(5.996)	-	(2.978)	-	-	(2.978)
Serviços contratados de terceiros	(128.054)	(36.348)	-	-	(164.402)	(49.618)	(31.882)	-	-	(81.500)
Provisão PPLE (coobrigação) (i)	-	-	1.177	-	1.177	-	-	(34.932)	-	(34.932)
Reversão/(constituição) de PECLD (ii)	-	-	(1.903)	-	(1.903)	-	-	-	-	-
Ganho/(Perda) na alienação de investimento (iii)	-	-	(139.241)	-	(139.241)	-	-	-	-	-
Ganho/(Perda) na alienação de ativo imobilizado (iv)	-	-	(565)	-	(565)	-	-	(66.033)	-	(66.033)
Materiais	(17.708)	-	-	-	(17.708)	(17.643)	-	-	-	(17.643)
Avaliação valor justo (v)	-	-	95.576	-	95.576	-	-	4.652	-	4.652
Amortização de Intangível (vi)	-	-	-	(208.377)	(208.377)	-	-	-	(34.271)	(34.271)
Ganho na transação tributária (vii)	-	-	23.980	-	23.980	-	-	7.750	-	7.750
Ganho redução de passivo	-	-	-	-	-	-	-	6.067	-	6.067
Outras provisões e despesas	-	(116)	-	-	(116)	-	-	-	-	-
Custos financeiros (Juros Incorridos)	(4.769)	-	-	-	(4.769)	-	-	-	-	-
Locação de Veículos e Equipamentos	(4.322)	-	-	-	(4.322)	-	-	-	-	-
Provisão para perda com obrigações legais (viii)	-	-	(143.166)	-	(143.166)	-	-	(70.623)	-	(70.623)
Outras receitas e despesas	(12.404)	(13.978)	19.033	-	(7.349)	(22.282)	(19.242)	7.969	-	(33.555)
Total	(294.211)	(77.777)	(145.109)	(208.377)	(725.474)	(149.269)	(87.364)	(145.150)	(34.271)	(416.054)

- (i) Reversão/(constituição) de Provisão PPLE (coobrigação): corresponde à constituição ou reversão de provisão de passivo trabalhista em processos nos quais a Companhia se tornou parte por coobrigação.
- (ii) Reversão/(constituição) de PECLD: Em 2025, a Companhia cedeu créditos e direitos a receber para MKS (Nota 7.1).
- (iii) Ganho/(perda) na alienação de investimento: corresponde à perda na alienação do investimento na MKS, líquida da provisão para perda de investimento e do saldo de mais-valia/ágio amortizado.
- (iv) Ganho/(perda) na alienação de ativo imobilizado: em 2024, o principal valor de perda na alienação de imobilizado no montante de R\$ 55.580 mil, refere-se à utilização de terrenos da ATP como forma de pagamento pela aquisição do investimento na Phoenix Óleo e Gás Ltda. (Nota 16.2).
- (v) Avaliação a valor justo: o saldo considera os seguintes eventos: a) R\$ 3.200, referente à variação positiva no valor de terrenos classificados como propriedade para investimentos (Nota 15); e b) R\$ 92.376, referente ao ganho de compra vantajosa apurado em combinação de negócios decorrente da aquisição da Azevedo e Travassos Investimentos. Tal ganho reflete a diferença entre os ativos e passivos avaliados a valor justo e o valor de aquisição do negócio, sendo o principal efeito decorrente da mais-valia apurada nas participações societárias em concessões de saneamento e rodovia detidas através do FIP Azevedo e Travassos Infraestrutura I.
- (vi) Amortização de Intangível: refere-se à amortização de saldo de ativo intangível de marcas, backlog e acervo técnico no montante de R\$ 17.868 (R\$ 34.271, em 2024) e valor de baixa de mais-valia/ágio relativo ao investimento na MKS de R\$ 190.509.

- (vii) Ganho na transação tributária: receita decorrente da redução de passivo tributário decorrente da transação tributária (Nota 23).
- (viii) Provisão para perdas com obrigações legais: contempla a constituição de provisão para contingências e perdas em processos judiciais, sendo o principal saldo de R\$ 109.913 vinculado a MKS.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

29. Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras				
Outras receitas financeiras	-	-	815	2.257
Descontos obtidos	-	1	1.537	2
Juros ativos	-	-	-	14
Rendimentos aplicações financeiras	-	4	13	110
Total	-	5	2.365	2.383
Despesas financeiras				
Outras despesas financeiras	(295)	(793)	(11.269)	(1.242)
Descontos concedidos	-	(1)	-	(711)
Pis/Cofins receita financeira	-	(2)	5	(113)
Juros e multas (i)	(14.901)	(41.887)	(140.982)	(83.358)
Total	(15.196)	(42.683)	(152.246)	(85.424)
Receita / despesa líquida	(15.196)	(42.678)	(149.881)	(83.041)

(i) Encargos financeiros sobre empréstimos e juros e multa de parcelamentos tributários.

O acréscimo significativo do resultado financeiro negativo do consolidado de R\$ 149.881, em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 83.041, em 31 de dezembro de 2024), decorre principalmente dos encargos financeiros de R\$ 89.517 reconhecidos pela sua subsidiária MKS, até a data de alienação dessa participação societária.

30. Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa de Imposto de Renda e da Contribuição Social, calculadas pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos no resultado dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro/(prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	(615.514)	(294.995)	(537.915)	(347.277)
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	209.275	100.298	182.891	118.074
Itens de conciliação para determinação da taxa efetiva:				
Resultado de equivalência patrimonial	(117.545)	(35.859)	-	-
Despesas indedutíveis	285	(23)	218	(45)
Resultado objeto de Tributação pelo Lucro Presumido, não sujeito a constituição de créditos tributários diferidos	-	-	(8.214)	(531)
Imposto de renda e contribuição social alíquota de 34% sem constituição de créditos tributários diferidos	(96.810)	(38.900)	(163.740)	(39.183)
Descontos de Transação tributária com PGFN	-	2.635	8.154	2.635
Reversão de imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	(103.759)	-
Outras (adições) exclusões	-	353	2.056	(164)
IRPJ e CSLL apurados	(4.795)	28.504	(82.394)	80.786
IRPJ e CSLL - corrente	-	-	-	(58)
IRPJ e CSLL - diferido	(4.795)	28.504	(82.394)	80.844
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	(4.795)	28.504	(82.394)	80.786
Alíquota efetiva	-1%	10%	-15%	23%

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

A Companhia optou pela metodologia de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) com base no Lucro Real Anual para os exercícios de 2025 e 2024.

Os créditos e débitos tributários diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis e encontram-se distribuídos da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos				
Prejuízo fiscal e base negativa (i) (ii)	41.714	41.714	117.937	139.600
Provisão para contingências trabalhistas/cíveis/tributárias	24.986	19.916	29.701	22.142
Provisão (PECLD)	-	12.953	-	12.953
Despesa de Amortização (Intangível - Vlr Justo)	8.192	5.104	8.192	5.104
Provisão para perda (Ativo Imobilizado e Intangível)	-	-	1.092	10.684
Despesas com Arrendamento Mercantil	-	-	928	65
Impostos diferidos	-	-	186	-
Ativos contabilizados	74.892	79.687	158.036	190.548
Passivos				
Valor Justo Propriedade para investimento	-	-	-	(924)
Diferimento Contas a Receber / Receitas a Faturar	-	-	(10.342)	(563)
Variação cambial	-	-	(40)	-
Passivos contabilizados	-	-	(10.382)	(1.487)
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	74.892	79.687	147.654	189.061

(i) Créditos tributários foram constituídos em decorrência de estudos preparados pela Administração que demonstram a possibilidade de realização total desses valores nos próximos anos, em virtude da geração de lucros tributáveis futuros ou da utilização em processo de transação tributária.

(ii) Em 2025, a subsidiária Heftos utilizou no processo de transação tributária saldos de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL no montante de R\$ 20.377 (Nota 23.1).

Estima-se que os ativos e passivos fiscais diferidos líquidos serão realizados conforme demonstrado a seguir:

Exercício	Controladora		Consolidado	
2026	16.477	22%	32.501	22%
2027	5.242	7%	10.338	7%
2028 em diante	53.173	71%	104.816	71%
Total	74.892	100%	147.654	100%

31. Informação por Segmento

Critério de identificação dos segmentos operacionais

A Companhia definiu a segmentação de sua estrutura operacional, levando em consideração a forma com a qual a Administração gerencia os seus negócios. O saldo patrimonial de cada segmento é extraído dos registros contábeis da Companhia e está segregado conforme abaixo:

A) Ativos por Segmento

	Consolidado					Consolidado
	31/12/2025					
	Infraestrutura	Petróleo	Óleo e Gás	Investimentos	Eliminação	
Ativo						
Ativo Circulante	352.847	-	175.626	7.815	(294.871)	241.417
Outros Ativos Não Circulantes	134.708	-	71.362	179.086	(218.350)	166.806
Investimentos	31.200	-	-	1.382.922	(848.407)	565.715
Imobilizado e Intangível	3.324	-	141.447	55.621	-	200.392
Total do ativo	522.079	-	388.435	1.625.444	(1.361.628)	1.174.330

B) Passivos por Segmento

	Consolidado					Consolidado
	31/12/2025					
	Infraestrutura	Petróleo	Óleo e Gás	Investimentos	Eliminação	
Passivo						
Passivo circulante	201.520	-	91.121	298.350	(57.718)	533.273
Passivo não circulante	143.671	-	113.443	727.742	(455.503)	529.353
Patrimônio Líquido	176.888	-	183.871	599.352	(848.407)	111.704
Total do passivo	522.079	-	388.435	1.625.444	(1.361.628)	1.174.330

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

C) Resultado por Segmento

	Consolidado					
	31/12/2025					
	Infraestrutura	Petróleo	Óleo e Gás	Investimentos	Eliminação	Consolidado
Receita	234.294	-	114.964	169	-	349.427
Custo	(179.556)	-	(114.655)	-	-	(294.211)
Despesas gerais e administrativas	(14.135)	-	(29.474)	(28.172)	-	(71.781)
Amortização do intangível	-	-	(15.731)	(192.646)	-	(208.377)
Honorários dos Administradores	(1.288)	-	(41)	(4.667)	-	(5.996)
Outras receitas e (despesas) operacionais	(11.171)	-	(102.663)	(31.275)	-	(145.109)
Equivalência patrimonial	-	-	-	(345.500)	333.513	(11.987)
Resultado financeiro	(12.398)	-	(111.784)	(25.699)	-	(149.881)
Imposto de renda e contribuição social	(3.395)	-	(74.204)	(4.795)	-	(82.394)
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	12.351	-	(333.588)	(632.585)	333.513	(620.309)

A) Ativos por Segmento

	Consolidado					
	31/12/2024					
	Infraestrutura	Petróleo	Óleo e Gás	Investimentos	Eliminação	Consolidado
Ativo						
Ativo Circulante	263.982	280	176.891	24.828	(339.923)	126.058
Outros Ativos Não Circulantes	10.870	26.341	86.544	355.697	(276.009)	203.443
Investimentos	28.000	-	-	661.932	(661.932)	28.000
Imobilizado e Intangível	3.243	165.641	128.418	33.430	-	330.732
Total do ativo	306.095	192.262	391.853	1.075.887	(1.277.864)	688.233

B) Passivos por Segmento

	Consolidado					
	31/12/2024					
	Infraestrutura	Petróleo	Óleo e Gás	Investimentos	Eliminação	Consolidado
Passivo						
Passivo circulante	117.024	9.518	94.836	432.404	- 339.926	313.856
Passivo não circulante	24.535	28.110	125.355	336.008	(276.012)	237.996
Patrimônio Líquido	164.536	154.634	171.662	307.475	(661.926)	136.381
Total do passivo	306.095	192.262	391.853	1.075.887	(1.277.864)	688.233

32. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia não possui instrumentos financeiros que possam ser caracterizados por operações com derivativos, conforme Instrução CVM nº 235/95.

Fatores de risco financeiro

Os principais riscos inerentes às operações da Companhia e a forma de controle e mitigação, quando aplicáveis, são assim descritos.

Risco de taxa de juros (risco de mercado)

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando mitigar esse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo e, assim, justifica a não demonstração da análise de extrapolação deste risco.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não apresentou exposição relevante ao risco de taxa de juros para que fosse apresentada uma análise de sensibilidade.

Riscos de liquidez

Risco de a Companhia não possuir recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia restringe sua exposição a riscos de créditos associados a bancos e a aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo.

33. Seguros

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía diversas coberturas de seguro cobrindo diversos riscos, dentre eles riscos de property (incêndio), riscos de engenharia, responsabilidade civil, transporte de mercadorias e danos materiais a veículos e equipamentos próprios.

O seguro contra riscos de engenharia visa cobrir danos materiais à própria obra e o seguro de responsabilidade civil visa cobrir danos que o processo de execução das obras ocasione involuntariamente a terceiros.

As premissas de risco adotadas e suas respectivas coberturas, dadas a sua natureza e peculiaridade, não fazem parte do escopo de revisão das demonstrações financeiras. Desta forma, não foram revisadas pelos auditores independentes.

34. Eventos Subsequentes

34.1. Leilão Rota Mogiana

Em 02 de março de 2026, a Companhia sagrou-se vencedora do leilão promovido pelo Governo do Estado de São Paulo para a concessão do sistema rodoviário denominado “Rota Mogiana”. O Consórcio apresentou a melhor proposta econômica no certame, com oferta no valor de R\$ 1.084.842.068,71 (um bilhão, oitenta e quatro milhões, oitocentos e quarenta e dois mil, sessenta e oito reais e setenta e um centavos).

A Companhia liderou o Consórcio por meio de seu veículo de investimentos AZEVEDO & TRAVASSOS INFRAESTRUTURA I FIP, que atualmente detém participações em outros quatro ativos de concessão no setor de saneamento, além de um ativo de concessão rodoviária, reforçando a estratégia de consolidação de portfólio no segmento de infraestrutura com receitas reguladas e previsíveis.

A concessão terá prazo de 30 (trinta) anos e abrange a administração, operação, manutenção e execução de investimentos em aproximadamente 520 (quinhentos e vinte) quilômetros de rodovias estaduais no interior do Estado de São Paulo, conectando regiões estratégicas como Campinas, Ribeirão Preto e a divisa com o Estado de Minas Gerais.

34.2. Reconsolidação da Transação Individual

Em 26 de março de 2026, a Heftos Óleo e Gás Construções S.A. teve reconsolidada, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – Seccional São Paulo (PGFN-SP), a Transação Individual para incluir débitos em fase de remessa à Dívida Ativa da União (DAU), resultando, após reduções de juros, multas e encargos e uso de créditos de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa (PF e BCN), na diminuição dos débitos do processo nº 19839.005141/2025-51 de R\$ 22.008.245,72 para R\$ 10.847.149,64 (sendo R\$ 9.203.496,03 de Dívida Transacionada Previdenciária e R\$ 1.643.653,61 de Demais Débitos), com descontos efetivos de 48,82% e 59,17%, respectivamente; o pagamento foi definido em 30 parcelas (Previdenciária) e 60 parcelas (Demais Débitos), ambas escalonadas com menor desembolso nas 12 primeiras, o que implica redução do passivo tributário em R\$ 11.161.096,08, utilização de R\$ 2.328.569,32 em ativo fiscal diferido e melhora do fluxo de caixa, reforçando a regularização fiscal e a reestruturação financeira da Heftos para cumprir obrigações e buscar novos contratos.



Localização:
Avenida das Nações Unidas,
12901. Torre Norte - 21º andar, cj
2102

Telefone:
(11) 3973-7787

Assessoria de Imprensa
Para informações e solicitações de
reportagens envie um e-mail para
contato@azevedotravassos.com.br